

RELATÓRIO DE GESTÃO 2011 SUEST/SP

GESTÃO ADMINISTRATIVA

FUNASA
FUNASA

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE SÃO PAULO



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde
Superintendência Estadual de São Paulo

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

FEVEREIRO 2011



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde
Superintendência Estadual de São Paulo

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011, apresentado ao órgão de controle externo consolidado com a Presidência da Funasa a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 108/2010, DN n.º 117/2011, da Portaria TCU nº 123/2011 e das orientações do órgão de controle interno Portaria CGU n.º 2546/2010.

SÃO PAULO, FEVEREIRO DE 2011

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO DA UJ - RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL.....	5
1.1. QUALIFICAÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL.....	6
1.2 INTRODUÇÃO.....	7
2.INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE.....	11
2.1 RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE.....	11
2.2 ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS.....	15
2.3 SUBAÇÕES SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ.....	19
2.3.1 RESUMO DA EXECUÇÃO FÍSICA DAS SUBAÇÕES REALIZADAS PELA UJ.....	34
2.4 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO.....	35
2.4.1 PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA	35
2.4.2 PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES.....	36
2.4.3 PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL	37
2.4.3.1 QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS	38
2.4.3.2 MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA	39
2.4.4 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA	40
2.4.4.1 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ	40
2.4.4.1.1 DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO	40
2.4.4.1.2 DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA.....	41
2.4.4.1.3 DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA	42
2.4.4.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE CRÉDITOS RECEBIDOS PELA UJ POR MOVIMENTAÇÃO	43
2.4.4.3 DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO	43
2.4.5 DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO	44
2.4.6 DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO	46
2.4.7 INDICADORES INSTITUCIONAIS	47
3. INFORMAÇÕES SOBRE RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS.....	48
3.1 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS	48
4. INFORMAÇÕES SOBRE RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS	49
4.1 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	49
5. INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS DA UNIDADE	51
5.1 DEMONSTRAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO À DISPOSIÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	51
5.2 INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS	63
6. INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS	64
6.1 RELAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA VIGENTES NO EXERCÍCIO DE 2011	64
6.2 QUANTIDADE DE INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS CELEBRADOS E VALORES REPASSADOS NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS	65

6.3 INFORMAÇÕES SOBRE O CONJUNTO DE INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS QUE VIGERÃO NO EXERCÍCIO DE 2011 E SEGUINTE	66
6.4 INFORMAÇÕES SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS AOS CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE	67
6.5 INFORMAÇÕES SOBRE A ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E DE CONTRATOS DE REPASSE	68
7. REGISTROS ATUALIZADOS NO SISTEMA SIASG E SICONV	69
8. DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS	70
8.1 SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI Nº8730/93	71
9. SISTEMA DE CONTROLE INTERNO	72
10. INFORMAÇÕES QUANTO À ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	73
11. GESTÃO DE PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO	74
12. INFORMAÇÕES SOBRE GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)	77
13. UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO	78
13.1 DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO	78
14. INFORMAÇÕES SOBRE RENÚNCIA TRIBUTÁRIA	80
15. PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES DO TCU	81
15.1 DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	82
15.2 DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO	83
15.3 RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	84
15.4 RECOMENDAÇÕES DO OCI PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO	85
16. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO	86
17. INFORMAÇÕES SOBRE COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA	87
18. INFORMAÇÕES SOBRE FUNDOS PARTIDÁRIOS	88
19. INFORMAÇÕES SOBRE FUNDOS CONSTITUCIONAIS	89
20. INDICADORES DE EMPENHO DO IFES	90
21. ANÁLISE DE SITUAÇÃO FINANCEIRA	91
22. REMUNERAÇÃO PARA ADMINISTRADORES DE EMPRESAS PÚBLICAS	92
23. CONTRATAÇÕES DE CONSULTORES NA MODALIDADE “PRODUTO”	93
24. INFORMAÇÕES A RESPEITO DA DESIMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS IMOBILIÁRIOS	94
25. CONCLUSÃO	95
26. DECLARAÇÕES	
27. ANEXOS	

1. IDENTIFICAÇÃO DA UJ - RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Saúde			Código SIORG: (2207)
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Estadual da Fundação Nacional de Saúde no Estado de São Paulo – SUEST/SP.			
Denominação abreviada: SUEST/FUNASA/SP			
Código SIORG: 2207	Código LOA: 36211	Código SIAFI: 255025	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Fundação do Poder Executivo			
Principal Atividade: PROMOÇÃO DE PROGRAMAS DE SAÚDE;FEDERAL;ESTADUAL;MUNICIPAL.			Código CNAE: 8412-4/00
Telefones/Fax de contato:	(011)3585-9700	(011) 3585-9745	Fax: (011) 3585-9703
E-mail: coresp.gab@funasa.gov.br			
Página na Internet: http://www.funasa.gov.br			
Endereço Postal: Rua Bento Freitas, 46, Vila Buarque – 01220-000 – São Paulo/SP.			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
<p>Instituída pela Lei n.º 8.029, de 12 de abril de 1990, pelo Decreto n.º 100, de 16 de abril de 91, e em conformidade com o que dispõe o Decreto n.º 4.727, de 9 de junho de 2003, publicado no Diário Oficial da União, do dia 10 de junho de 2003. Portaria n.º 1.776 de 8 setembro de 2003 que aprova o regimento interno da Funasa. A estrutura organizacional foi alterada com a publicação do Decreto n.º 6.878 de 18 de junho de 2009, publicado do DOU em 19 de junho de 2009, que transforma os Distritos Sanitários Especiais Indígenas em unidades descentralizadas.</p> <p>Em 19 de outubro de 2010 ocorreu a criação do Decreto n.º 7.335, de 19 de outubro de 2010, que Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, e dá outras providências e criação do Decreto n.º 7.336, de 19 de outubro de 2010, que cria a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) e transfere a gestão do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, competência até então da Funasa, para o Ministério da Saúde, e que Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Saúde, e dá outras providências.</p>			

1.1. QUALIFICAÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL

Nome do Superintendente Estadual	RAZE REZEK
População do Estado	41.674.409
Nº. de Municípios abrangidos pela SUEST	645

1.2 INTRODUÇÃO

O presente relatório tem por finalidade apresentar as ações executadas por esta Unidade Jurisdicionada e suas respectivas áreas responsáveis, visando ao alcance da missão institucional desta Superintendência, bem como tornando pública a gestão dos gastos públicos, o atingimento das metas, o desempenho financeiro e a análise de despesas realizadas e previstas além de consolidadamente, compor o Processo de Prestação de Contas Anual juntamente com a Presidência da Fundação Nacional de Saúde, conforme orientações da IN TCU nº 63/2010, DN TCU n.º 108/2010, DN n.º 117/2011, DN TCU nº 107/2010, e da Portaria TCU nº 123/2011 e orientações do órgão de controle interno constantes da Portaria CGU n.º 2546/2010.

“ITENS QUE NÃO SE APLICAM A ESTA UJ”

2.4.2 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES

“AS OPERAÇÕES DE PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS SÃO DE RESPONSABILIDADE DA PRESIDÊNCIA DA FUNASA”

2.4.3- PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL

“AS OPERAÇÕES DE PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS SÃO DE RESPONSABILIDADE DA PRESIDÊNCIA DA FUNASA”

2.4.3.1 - RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS

“AS OPERAÇÕES DE PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS É DE RESPONSABILIDADE DA PRESIDÊNCIA DA FUNASA”

2.4.4.1.1 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

“ESTA UJ NÃO TEM CRÉDITOS INICIAIS RECEBIDOS DIRETAMENTE DA LOA”.

2.4.4.1.2 – DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA

2.4.4.1.3 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

“ESTA UJ NÃO TEM CRÉDITOS INICIAIS RECEBIDOS DIRETAMENTE DA LOA”.

5.2 - INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS

“ESTA UJ NÃO TEM INDICADORES DESENVOLVIDOS PARA A ÁREA DE PESSOAL”

5.11 – AUTORIZAÇÕES PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS OU PROVIMENTO ADICIONAL PARA SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS

6.1. RELAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE 2011

“A SUEST NÃO FAZ TRANSFERÊNCIAS A OUTROS ÓRGÃOS OU UNIDADES”

6.2 - QUANTIDADE DE INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS E VALORES REPASSADOS NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS.

“A SUEST NÃO FAZ TRANSFERÊNCIAS A OUTROS ÓRGÃOS OU UNIDADES”

6.3 – INFORMAÇÕES SOBRE O CONJUNTO DE INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2011 E EXERCÍCIOS SEGUINTE.

“A SUEST NÃO FAZ TRANSFERÊNCIAS A OUTROS ÓRGÃOS OU UNIDADES”

12. – INFORMAÇÕES SOBRE GESTÃO DE TI.

“ A SUEST NÃO TEM UMA ESTRUTURA FORMAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO. ESTA RESPONSABILIDADE É DA COMPETENCIA DA PRESIDENCIA DA FUNASA”.

14. – INFORMAÇÕES SOBRE RENÚNCIA TRIBUTÁRIA

“ A SUEST NÃO EXECUTA RENÚNCIA TRIBUTÁRIA, POIS A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA É DE RESPONSABILIDADE DA PRESIDENCIA DA FUNASA”

17. - INFORMAÇÕES SOBRE COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

“ EM CONFORMIDADE COM O ANEXO II DA DN N.º 107 – TCU, PARTE A – CONTEÚDO GERAL – QUADRO A 1 – ITEM C”.

18. - INFORMAÇÕES SOBRE FUNDOS PARTIDÁRIOS

“ EM CONFORMIDADE COM O ANEXO II DA DN N.º 107 – TCU, PARTE A – CONTEÚDO GERAL – QUADRO A 1 – ITEM C”.

19. - INFORMAÇÕES SOBRE FUNDOS CONSTITUCIONAIS

“ EM CONFORMIDADE COM O ANEXO II DA DN N.º 107 – TCU, PARTE A – CONTEÚDO GERAL – QUADRO A 1 – ITEM C”.

20. INDICADORES DE DESEMPENHO DO IFES

“ EM CONFORMIDADE COM O ANEXO II DA DN N.º 107 – TCU, PARTE A – CONTEÚDO GERAL – QUADRO A 1 – ITEM C”.

21. ANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

“ EM CONFORMIDADE COM O ANEXO II DA DN N.º 107 – TCU, PARTE A – CONTEÚDO GERAL – QUADRO A 1 – ITEM C”.

22. REMUNERAÇÃO PAGA A ADMINISTRADORES DE EMPRESAS PÚBLICAS

“ EM CONFORMIDADE COM O ANEXO II DA DN N.º 107 – TCU, PARTE A – CONTEÚDO GERAL – QUADRO A 1 – ITEM C”.

23. CONTRATAÇÕES DE CONSULTORES NA MODALIDADE “PRODUTO”

“ EM CONFORMIDADE COM O ANEXO II DA DN N.º 107 – TCU, PARTE A – CONTEÚDO GERAL – QUADRO A 1 – ITEM C”.

24. INFORMAÇÕES A RESPEITO DA DESIMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS MOBILIÁRIOS

“ EM CONFORMIDADE COM O ANEXO II DA DN N.º 107 – TCU, PARTE A – CONTEÚDO GERAL – QUADRO A 1 – ITEM C”.

“NÃO HOUE OCORRÊNCIAS NO PERÍODO”

3.1 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS.

A.5.9 – CARGOS E ATIVIDADES INERENTES A CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE JURISDICIONADA

A.5.10 – RELAÇÃO DOS EMPREGADOS TERCEIRIZADOS SUBSTITUÍDOS EM DECORRÊNCIA DA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO OU DE PROVIMENTO ADICIONAL AUTORIZADOS.

2. INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE.

2.1 RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

A Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, órgão do Poder Executivo, vinculado ao Ministério da Saúde, tem como responsabilidade estatutária fomentar soluções de saneamento para prevenção e controle de doenças e formular e implementar as atividades de promoção e proteção à saúde relacionadas com as ações estabelecidas pelo Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental.

A FUNASA atua com Unidades Descentralizadas, Superintendências Estaduais - Suest, em cada Estado, diretamente subordinadas ao Presidente da FUNASA, cujas competências são coordenar, supervisionar e desenvolver as atividades da FUNASA nas suas respectivas áreas de jurisdição.

A partir do processo de estruturação e implementação do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Fundação Nacional de Saúde assumiu, no período de 1999 a 2010, a responsabilidade de operacionalização das ações de saúde para os povos indígenas, promovendo uma ampla e profunda estruturação institucional para dar conta de tamanho desafio.

No entanto, o exercício de 2010 foi notoriamente marcado por profundas mudanças institucionais nessa área, com a publicação do Decreto nº 7.336, de 19 de outubro de 2010, que cria a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) e transfere a gestão do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, competência até então da Funasa, para o Ministério da Saúde.

Cabe a Funasa, no período de transição de 180 dias, assegurarem todo o apoio administrativo necessário, para que não ocorra prejuízo das ações e dos serviços prestados aos povos indígenas.

A partir deste processo a Fundação Nacional de Saúde passou a ser a responsável pela formulação e implementação das atividades de promoção e proteção à saúde relacionadas com as ações estabelecidas pelo Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental, bem como continua responsável em promover a inclusão social por meio de ações de saneamento para prevenção e controle de doenças.

As ações de inclusão social, por meio da saúde, são realizadas com a prevenção e controle de doenças e agravos ocasionados pela falta ou inadequação nas condições de saneamento básico em áreas de interesse especial, como assentamentos, remanescentes de quilombos e reservas extrativistas.

Na área de Engenharia de Saúde Pública, a Funasa detém a mais antiga e contínua experiência em ações de saneamento no país e atua com base em indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais e sociais.

A Funasa presta apoio técnico e/ou financeiro no combate, controle e redução da mortalidade infantil e da incidência de doenças de veiculação hídrica ou causadas pela falta de saneamento básico e ambiental.

Os investimentos visam intervir no meio ambiente, na infra-estrutura dos municípios de até 50 mil

habitantes, prioritariamente, e nas condições de vida de populações vulneráveis.

EIXOS DE ATUAÇÃO

* Engenharia de Saúde Pública

A estreita relação entre as condições ambientais, os problemas sanitários e o perfil epidemiológico das doenças e agravos integra definitivamente as ações de saneamento da Funasa ao Sistema Único de Saúde (SUS), visando à prevenção de doenças.

Nessa área, a Funasa está implementando o programa Saneamento para Promoção da Saúde, que tem por meta, em quatro anos, beneficiar 60% dos municípios brasileiros com, aproximadamente, 35 milhões de pessoas.

Entre as ações a serem desenvolvidas para a prevenção de doenças e controle de agravos, estão a gestão à construção e ampliação de sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, além da implantação de melhorias sanitárias domiciliares.

A Funasa está, ainda, implantando, ampliando ou melhorando os sistemas de tratamento e destinação final de resíduos sólidos, principalmente em áreas de proliferação do mosquito *Aedes Aegypti*, efetivando a drenagem e o manejo ambiental em áreas endêmicas de malária e fazendo obras de engenharia em habitações visando ao controle da doença de Chagas.

Fazem parte das prioridades da Funasa a promoção, o apoio técnico e financeiro ao controle de qualidade da água para consumo humano; o estímulo e financiamento de projetos de pesquisa em engenharia de saúde pública e saneamento; e o apoio técnico a estados e municípios para a execução de projetos de saneamento, passando por estratégias de cooperação técnica.

* Saúde Ambiental

Na área de Saúde Ambiental, compete a Funasa planejar, coordenar, supervisionar e monitorar a execução das atividades relativas:

à formulação e implementação de ações de promoção e proteção à saúde ambiental, em consonância com a política do Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental;
ao controle da qualidade de água para consumo humano proveniente de sistemas de abastecimento público, conforme critérios e parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Saúde; e
ao apoio ao desenvolvimento de estudos e pesquisas na área de saúde ambiental.

Esta Unidade Jurisdicionada a exemplo das demais unidades regionais atua no Estado, com vistas ao alcance das metas nacionais, implementando ações de atenção a saúde, de modo a garantir acesso aos preceitos do Sistema Único de Saúde.

ESTRUTURA DA SUEST/SP, após a publicação do Decreto n.º 7.335, de 19/10/2010.

A FUNASA atua com Unidades descentralizadas, Superintendências Estaduais - Suest, em cada Estado. Essas Superintendências têm como competências regimentais: coordenar, supervisionar e desenvolver as atividades da FUNASA nas suas respectivas áreas de jurisdição.

A Superintendência Estadual de São Paulo possui a seguinte estrutura:

- Divisão de Administração – DIADM
- Divisão de Engenharia de Saúde Pública – DIESP
- Serviço de Recursos Humanos – SEREH
- Serviço de Convênios – SECON
- Serviço de Vigilância Ambiental – SESAM

À Divisão de Administração – DIADM competem às atividades das áreas de orçamento, finanças, contabilidade e recursos logísticos.

À Divisão de Engenharia de Saúde Pública – DIESP atuar na implantação de ações de Saneamento voltadas para a promoção da saúde e para o controle e prevenção de doenças, estruturada em cinco eixos:

Saneamento em Áreas Especiais – que envolve o abastecimento de água e solução adequada de esgotamento sanitário as populações indígenas e residentes em áreas remanescentes de quilombos.

Saneamento em Áreas de Relevante Interesse Epidemiológico – que envolve ações de melhoria das condições de habitação na zona rural, na área endêmica da doença de Chagas.

Saneamento em Municípios com população de até 50.000 habitantes – que envolve ações de abastecimento de água, esgotamento sanitário e saneamento domiciliar.

Saneamento Rural – envolve ações de abastecimento de água e solução adequada dos dejetos em áreas rurais, em áreas especiais (quilombolas, assentamentos, reservas extrativistas) e em localidades com população inferior a 2.500 habitantes.

Ações Complementares de Saneamento – envolve ações de controle de qualidade da água para consumo humano.

Ao Serviço de Recursos Humanos – SEREH compete planejar, coordenar e orientar as atividades inerentes à gestão de recursos humanos, em harmonia com diretrizes emanadas da unidade central da FUNASA.

Ao Serviço de Convênios – SECON – compete a habilitação dos convênios, bem como firmar e dar publicidade aos Termos Aditivos e Termos de Compromisso, nos casos de integração de novos planos de trabalho, de prorrogação de vigência, seja por solicitação da entidade conveniente/compromitente ou por atraso na liberação dos recursos financeiros, como também compete à devida prestação de contas dos referidos convênios.

Ao Serviço de Vigilância Ambiental compete planejar, coordenar, supervisionar e monitorar a execução das atividades relativas:

à formulação e implementação de ações de promoção e proteção à saúde ambiental, em consonância com a política do Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental;
ao controle da qualidade de água para consumo humano proveniente de sistemas de abastecimento público, conforme critérios e parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Saúde; e
ao apoio ao desenvolvimento de estudos e pesquisas na área de saúde ambiental.

2.2 ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

Com o Decreto nº 7.335, de 20/10/2010, o Serviço de Saúde Ambiental na Funasa iniciou seu processo de estruturação e funcionamento agregando áreas já existentes, porém organizadas em setores distintos: a Educação em Saúde, desmembrada da extinta Assessoria de Comunicação e o Apoio ao Controle da Qualidade da Água para Consumo Humano, transferido da Engenharia de Saúde Pública. De imediato, essa área enfrentou desafios em relação aos processos de trabalho habituais, além das habilidades e formação dos recursos humanos.

No exercício de 2011, o Serviço de Saúde Ambiental (Sesam) constituiu uma equipe de trabalho composta de 4 (quatro) profissionais de nível superior e 1 (um) de nível médio, contando ainda com apoio de estagiários.

Com esse quadro de pessoal, o Sesam propôs um Plano de Ação para 2011 integrado ao Plano Operacional da Suest, mesmo em construção no nível central, articulando as metas físicas com as demandas da Divisão de Engenharia de Saúde Pública (Diesp) e com adequação aos recursos detalhados no Sistema de Planejamento e Gestão Orçamentária – SPGO sob orientações do Departamento de Saúde Ambiental (Desam).

Todo o processo de gestão do Sesam foi conduzido para a estruturação da área, organizando espaço físico e logística, definindo prioridades de atuação, desenvolvendo processos para aquisição de materiais de apoio às atividades das áreas e formação e capacitação do corpo técnico, concentrando esforços na busca da melhor execução orçamentária e na aquisição da Unidade Móvel para Controle da Qualidade da Água (UMCQA), prioritariamente.

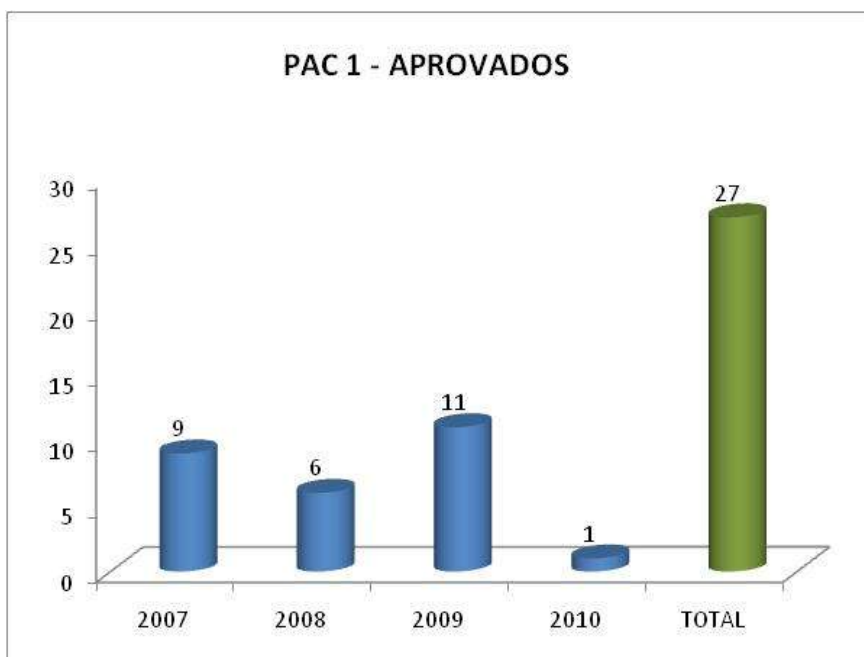
Mesmo com a orientativa inicial do nível central para priorização de ações, as linhas de atuação dessa área foram efetivamente definidas no “I Seminário de Saúde Ambiental” realizado pelo Departamento de Saúde Ambiental, em outubro/2011, destacando o papel de expandir a visão das ações de saneamento financiadas pela Funasa para a perspectiva da sustentabilidade e da efetividade no impacto na saúde. Com essas definições, configuraram-se os desafios de ampliar conceituações antes aplicadas em educação em saúde para uma prática de educação em saúde ambiental; integrar novas tecnologias; articular intercâmbios técnicos; gerenciar informações e indicadores; qualificar corpo técnico; pautar o fomento e o apoio como competência e atuação nessa nova área.

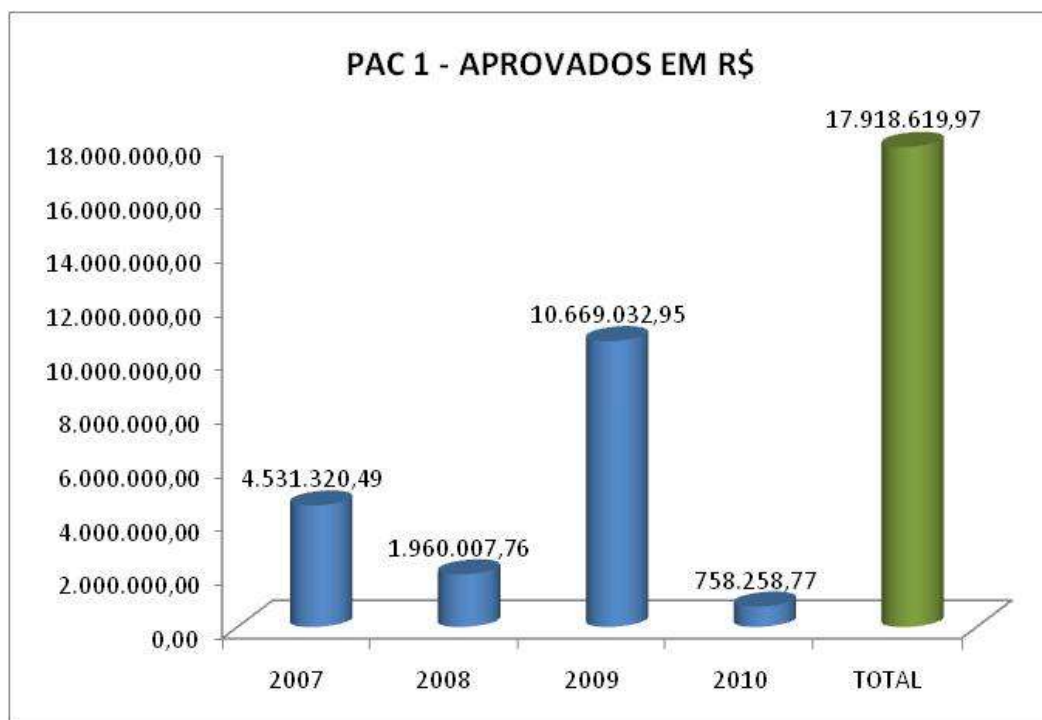
Com a finalidade de atender aos objetivos e prioridades, a SUEST-SP/DIESP, acompanhou o planejamento da Funasa Presidência, no que se refere às ações para andamento do PAC 2, que contou com as diversas etapas para conclusão dos objetivos, a saber:

- Subsidiar a elaboração de orçamentos para contratação de projetos de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, no período de 08 a 16/08/2011, conforme Memorando Circular nº 16/Presi/Funasa; deslocamento dos técnicos da SUEST-SP no período, tendo realizado 31 visitas para os municípios prioritários, conforme classificação na Portaria Funasa 481/2011, considerando a região do deslocamento, com vistas à oportunidade de realização da visita para tratar do assunto em questão;
- Entrevistas técnicas para 135 pleitos de obras, sendo 67 para sistema de abastecimento de água e 68 para sistema de esgotamento sanitário: esforço conjunto dos técnicos da DIESP/SP e técnicos das SUEST/AM, SUEST/PA e SUEST/GO que colaboraram para a realização das entrevistas no prazo de 08 a 22/09/2011;
- Visita preliminar e análise técnica para verificação de 4 pleitos de MSD: colaboração de Auxiliar de Saneamento do DENSP/CGESA, realizando 4 visitas para verificação das condições e lista de beneficiários “in loco”;

- Realização de 36 visitas preliminares aos municípios pré-selecionados, referentes aos pleitos de obras do PAC 2, deslocamento dos técnicos da DIESP/SP e colaboração de técnicos da SUEST-AL para concluir todas as visitas preliminares, de 07 a 25/11/2011 e
- Análise técnica para aprovação de 14 pleitos selecionados, referente a sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário: esforço conjunto dos técnicos da DIESP-SP para conclusão das análises técnicas, até 30/12/2011.

A atuação da SUEST-SP/DIESP, em relação ao PAC 1, foi de manter as cobranças de pendências para os projetos ainda não aprovados e convocação à apresentação de Relatório 1, conforme Portaria Funasa 623/2010, a fim de provocar a realização de visitas de acompanhamento para possível liberação de parcelas e/ou prestação de contas final. Desta forma, os gráficos a seguir demonstram a evolução do andamento dos projetos do PAC 1:





No decorrer de 2007 até 2011 foram aprovados 27 projetos do PAC 1, sendo que destes, encontram-se concluídas as obras de Guaiçara TC/PAC 0591/207 – Sistema de Esgotamento Sanitário e Irapuru TC/PAC 0243/2007 – Sistema de Abastecimento de Água.

Em relação aos demais convênios, foi necessário ajustar a realização das análises e visitas preliminares e de acompanhamento, em decorrência das demandas do PAC 2.

Não podemos deixar de destacar os avanços conquistados na Administração da Funasa, como as Sub-rogações de 100% dos Contratos Continuados e Atas de Registro de Preços da FUNASA para a SESAI/MINISTÉRIO DA SAÚDE.

Foi realizada a Contratação de empresa para serviço de manutenção predial do prédio sede da FUNASA; Pregão Eletrônico para aquisição de equipamentos e materiais permanentes, como ar condicionado, aparelhos de fax, fragmentadora de papel, mobiliário, etc. Foi efetuado o Controle rigoroso de pagamentos fora do prazo, eliminando-se com isso a inclusão de multas e juros nas faturas de água, luz, telefone, etc.;

Iniciou-se o processo de regularização do acervo patrimonial, objetivando a conclusão das doações de exercícios anteriores e desfazimento dos bens, na condição de antieconômicos e irre recuperáveis.

Também foram encontradas dificuldades ao longo do exercício de 2011, são elas:

Falta de recursos humanos quantitativo/qualitativo;

Insuficiência de espaços físicos;

Mobiliários e outros equipamentos em situação precária e obsoletos, exceto de informática;

Instalações prediais precárias e obsoletas.

Há muito que se fazer em 2012, destacando algumas prioridades na área da Administração da Funasa, como o Planejamento das ações no âmbito da DIADM; Aquisição do Prédio Sede da FUNASA; Reforma geral do Prédio e Aquisição de equipamentos e mobiliários em geral, sempre objetivando o cumprimento da missão institucional.

2.3 SUBAÇÕES SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação
Denominação: 20 AF – Apoio ao Controle da Qualidade da Água para Consumo Humano
Tipo de Ação: Atividade
Finalidade: Apoiar técnica e financeiramente os responsáveis pela operação de sistema ou solução alternativa de abastecimento de água visando à melhoria dos procedimentos de controle da qualidade da água e o atendimento dos padrões de potabilidade estabelecidos na legislação vigente. Proporcionar o financiamento da implantação de unidades de fluoretação da água.
Descrição: Desenvolvimento e capacitação de recursos humanos envolvidos com a operação e manutenção de sistema ou solução alternativa de abastecimento de água; financiamento para aparelhamento e implantação de unidades laboratoriais e outras instalações destinadas ao controle da qualidade da água para consumo humano; desenvolvimento de ações de vigilância e controle de qualidade da água em áreas indígenas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: José Raimundo Machado dos Santos
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Fonte: Sigplan

Identificação da subação					
Denominação: Apoio ao Controle da Qualidade da Água para Consumo Humano					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2011		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Realizar 2 visitas de acompanhamento ao consórcio intermunicipal de saneamento básico do circuito das águas paulista para apoiar as ações de controle da qualidade da água para consumo humano.	Visitas realizadas	Unid	2	2	100%
Adquirir uma Unidade Móvel de Apoio ao Controle da Qualidade da Água para possibilitar a estruturação da área na Suest.	Unidade móvel adquirida	Unid	1	1	100%
Realizar ciclo de palestras para divulgação das ações relacionadas ao Apoio ao Controle da Qualidade da Água para Consumo Humano.	Palestras realizadas	Unid	2	2	100%
Apoiar as ações de controle e monitoramento da qualidade da água para consumo humano nos sistemas de abastecimento de água das aldeias indígenas e demais áreas de interesse do Governo.	Aldeias apoiadas	Unid	2	2	100%

Fonte: Plano Operacional da Suest/SP/2011

Identificação da Ação
Denominação: 6908 - Fomento à Educação em Saúde voltada para o Saneamento Ambiental
Tipo de Ação: Atividade
Finalidade: Assessorar gestores e técnicos em todos os níveis para o desenvolvimento de ações permanentes de comunicação e educação em saúde, por meio da mobilização social, visando à promoção da saúde, prevenção e controle de doenças e agravos, ocasionados pela falta e/ou inadequação de ações de saneamento ambiental.
Descrição: As ações de Educação em Saúde e Mobilização Social nos projetos de saneamento ambiental financiados junto aos estados e municípios pela Funasa têm o sentido de fomentar, apoiar e fortalecer ações que resultem em efetiva melhoria na qualidade de vida da população beneficiada. A proposta é garantir que as melhorias em saneamento ambiental implementada nos municípios de até 50.000 habitantes, nos projetos das áreas metropolitanas e em áreas especiais (assentamentos, remanescentes de quilombo e áreas extrativistas) integrem-se de forma harmoniosa e sustentável nas comunidades, garantindo a inclusão social por intermédio do acesso das populações vulneráveis aos serviços a que têm direito e colaborando para a adequada e transparente aplicação dos recursos públicos nessa área, inclusive estimulando a parceria junto a outros projetos e programas de iniciativa governamental e não governamental. Com essas ações, esperam-se iniciativas nos municípios beneficiados. Para tal é necessário o assessoramento técnico qualificado, por intermédio das ações discriminadas a seguir: atuação junto aos gestores e técnicos em todos os níveis visando sensibilizá-los para a importância do desenvolvimento de atividades permanentes de Comunicação e Educação em Saúde; apoio técnico aos profissionais que atuam nas diversas instâncias de governo, representantes de ONGs para a elaboração, execução, acompanhamento e supervisão de projetos, programas e atividades educativas de caráter permanente; ampliação do Programa de Educação em Saúde e Mobilização Social (PESMS), financiada por recursos de convênio, para que se torne gerador/estimulador de outros projetos de alcance social; incentivo à integração das ações permanentes de Comunicação e Educação em Saúde a outros projetos sociais / comunitários visando estimular a participação, controle e inclusão sociais, geração de emprego e renda; fomento à organização de estruturas e equipes locais para o desenvolvimento de ações permanentes de Educação em Saúde; incremento ao apoio logístico e de recursos humanos às Assessorias de Comunicação e Educação em Saúde (ASCOM) das Coordenações Regionais da Funasa, por intermédio da aquisição de equipamentos e insumos, pagamento de diárias e passagens, prestação de serviços de terceiros por pessoas física e jurídica visando o cumprimento das ações propostas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: José Raimundo Machado dos Santos
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Fonte: Sigplan

Identificação da subação						
Denominação: Fomento à Educação em Saúde voltada para o Saneamento Ambiental						
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2011			
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %	
Assessorar 19 municípios beneficiados com ações de saneamento básico, contemplados com recursos do PAC na implantação e/ou implementação de ações de educação em saúde ambiental.	Município assessorado	Unid	19	15	78,94%	
Apoiar tecnicamente 11 municípios, por meio do Núcleo Intersectorial de Cooperação Técnica (NICT), na elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB)	Município apoiado	Unid	11	11	100%	
Apoiar 31 projetos de coleta e reciclagem de materiais (cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis), conveniados com a Funasa em ações de educação em saúde ambiental.	Projeto apoiado	Unid	31	31	100%	

Fonte: Plano Operacional da Suest/SP/2011

Cumprimento das metas físicas: Análise circunstanciada do cumprimento das metas físicas, examinando as diferenças positivas e/ou negativas porventura observadas entre a execução realizada e a prevista;

Na análise da gestão o cumprimento das metas físicas foi satisfatório sendo que apenas uma das metas programadas apresentou resultado inferior a 100% de execução.

Subações que apresentaram problemas de execução: Evidenciação das subações que apresentaram problemas na execução;

Apenas a subação Fomento à Educação em Saúde voltada para o Saneamento Ambiental apresentou problemas de execução justificada por inúmeros fatores externos como atrasos nas programações de ações de saneamento conveniadas e ainda a insuficiência de pessoal para executar todas as etapas programadas, determinou o estabelecimento de prioridades de atuação para esta área.

Subações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas:

A subação Apoio ao Controle da Qualidade da Água para Consumo Humano teve como resultado 100% de alcance das metas físicas que se evidencia na eficiência de atuação da equipe técnica responsável pela execução e as devidas precauções adotadas por considerar os fatores limitadores de um processo de estruturação e de um funcionamento ainda não pleno.

Uma subação representativa para o Serviço de Saúde Ambiental, a impactar na gestão, refere-se a aquisição da Unidade Móvel para o Controle da Qualidade da Água para consumo humano. Essa unidade se constitui de um veículo utilitário tipo furgão, de pequeno porte, adaptado para funcionar como laboratório de campo para a realização de coletas, acondicionamento e transporte de amostras de água, que em razão da facilidade de seu deslocamento e presteza na emissão de resultados das

análises, proporciona maior agilidade às intervenções e ações corretivas que se fizerem necessárias para a melhoria da qualidade da água para consumo humano nos municípios e comunidades com ações apoiadas pela Funasa.

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 0016	Denominação: Gestão da Política de Saúde
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais	
Objetivo Geral: Fortalecer a gestão do SUS nas três esferas de governo, de modo a melhorar e aperfeiçoar a capacidade resolutiva das ações e serviços prestados à população	
Objetivos Específicos: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da saúde.	
Gerente: Márcia Bassit Lameiro da Costa Mazzoli – Ministério da Saúde	Responsável: Luiz Fernando Beskow – Ministério da Saúde
Público Alvo: Governo	

Fonte: Sigplan

Identificação da Ação
Denominação: 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Tipo de Ação: Atividade
Finalidade: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
Descrição: Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: Joselias Ribeiro da Silva
Unidade Executora: Departamento de Administração (DEADM)

Fonte: Sigplan

Identificação da subação					
Denominação: Capacitação de Servidores Públicos Federais em Exercício na Suest/SP					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2011		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Capacitar servidores públicos federais em exercício na Suest/SP. (META 1)	Nº de Servidor	Servidor Capacitado	40	47	117,5%
Apoiar e promover a participação de servidores públicos federais em eventos de capacitação. (META 2)	Nº de participação	Participação	160	66	41,25%

Fonte: Plano Operacional da Suest-SP/2011

A **META 1** foi superada em 17,5%, devido a movimentação de servidores entre setores da Suest, resultando na necessidade de capacitação acerca das novas atividades exercidas.

A **META 2** não foi cumprida em sua totalidade em razão de alguns fatores: 1) a liberação tardia dos recursos (abril/2011) que comprometeu a programação do 1º semestre e conseqüentemente do 2º semestre; 2) cancelamento de alguns eventos por parte de empresas promotoras; 3) indeferimento de pleitos e o cancelamento de eventos programados pela Coder/Cgerh/Deadm; 4) desistência, por parte dos servidores lotados na Diesp, de participarem de eventos de capacitação no 2º semestre, em razão da prioridade dada as atividades do PAC 2; 5) número elevado de eventos solicitados por

determinadas unidades da Suest comparado ao número reduzido de servidores lotados nessas unidades.

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 1287	Denominação: Saneamento Rural
Tipo do Programa: Finalístico	
Objetivo Geral: Promover e participar da adoção de medidas voltadas à prevenção e ao controle dos determinantes e condicionantes de saúde da população.	
Objetivos Específicos: Ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento ambiental em áreas rurais.	
Gerente: Faustino Barbosa Lins Filho - Funasa	Responsável: José Raimundo Machado dos Santos - Funasa
Público Alvo: População rural dispersa, residente em assentamentos da reforma agrária e em localidades de até 2.500 habitantes e as minorias étnico-raciais como quilombolas, população indígena e outros povos da floresta.	
Fonte: Sigplan	

Identificação da Ação
Denominação: 2272 - Gestão e Administração do Programa
Tipo de Ação: Atividade
Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc.; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades - meio necessárias à gestão e administração do programa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: Patrícia Valeria Vaz Areal
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Identificação da subação					
Denominação: Sistemas de Abastecimento de Água – PAC 2					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2011		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Realizar visitas locais para definição da contratação de elaboração dos projetos, para sistemas de abastecimento de água, PAC 2, ano 2011	Visitas locais para definição da contratação de projetos	Unidade	19	19	100
Realizar entrevistas técnicas com municípios pré-selecionados para realização de obras, referentes aos projetos para sistemas de abastecimento de água, PAC 2, ano 2011	Entrevistas Técnicas	Unidade	68	68	100
Realizar visitas técnicas preliminares de validação das informações prestadas nas cartas consulta, referentes aos projetos para sistemas de abastecimento de água, PAC 2, ano 2011	Visitas Preliminares	Unidade	21	21	100

Fonte: Plano Operacional da Suest-SP/2011

Cumprimento das metas físicas: Foram realizadas todas as visitas locais para elaboração de orçamento prévio com a finalidade de contratação da elaboração de projeto de engenharia. As entrevistas técnicas dos projetos pré-selecionados foram realizadas em sua totalidade, bem como as visitas preliminares dos projetos selecionados pela Portaria 808/2011.

Subações que apresentaram problemas na execução: não aplicável.

Subações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas: não aplicável.

Identificação da subação					
Denominação: Sistemas de Esgotamento Sanitário – PAC 2					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2011		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Realizar visitas locais para definição da contratação de elaboração dos projetos, para sistemas de esgotamento sanitário, PAC 2, ano 2011	Visitas locais para definição da contratação de projetos	Unidade	16	16	100
Realizar entrevistas técnicas com municípios pré-selecionados para realização de obras, referentes aos projetos para sistemas de esgotamento sanitário, PAC 2, ano 2011	Entrevistas Técnicas	Unidade	69	69	100
Realizar visitas técnicas preliminares de validação das informações prestadas nas cartas consulta, referentes aos projetos para sistemas de esgotamento sanitário, PAC 2, ano 2011	Visitas Preliminares	Unidade	15	15	100

Fonte: Plano Operacional da Suest-SP/2011

Cumprimento das metas físicas: Foram realizadas todas as visitas locais para elaboração de orçamento prévio com a finalidade de contratação da elaboração de projeto de engenharia. As entrevistas técnicas dos projetos pré-selecionados foram realizadas em sua totalidade, bem como as visitas preliminares dos projetos selecionados pela Portaria 808/2011.

Subações que apresentaram problemas na execução: não aplicável.

Subações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas: não aplicável.

Identificação da subação					
Denominação: Melhorias Sanitárias Domiciliares – PAC 2					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2011		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Realizar 07 visitas preliminares referentes ao PAC 2, ano de 2011	Visitas preliminares	Unidade	7	6	86
Analisar 07 projetos de Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares referentes ao PAC 2, ano de 2011	Análise de projetos	Unidade	7	6	86

Fonte: Plano Operacional da Suest-SP/2011

Cumprimento das metas físicas: As metas relacionadas às atividades do PAC 2, objeto Melhorias Sanitárias Domiciliares, não foram realizadas em sua totalidade, pois 1 dos pleitos colocados no SIGOB, nesta ação, se referia a implantação de lagoa de tratamento, portanto não houve visita preliminar e nem análise de projeto.

Subações que apresentaram problemas na execução: não aplicável.

Subações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas: não aplicável.

Identificação da Ação
Denominação: 10GD - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusivo de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE).
Tipo de Ação: Projeto
Finalidade: Dotar os domicílios e estabelecimentos coletivos com abastecimento público de água adequado visando à prevenção e ao controle de doenças e agravos.
Descrição: Implantação e/ou a ampliação e/ou a melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água, contemplando a elaboração de planos diretores e projetos, a realização de obras, incluindo ligação domiciliar, rede de distribuição e estação de tratamento, e ações voltadas para a sustentabilidade dos mesmos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: Ricardo Frederico de Melo Arantes
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Identificação da subação					
Denominação: Sistemas de Abastecimento de Água – PAC 1					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2011		
			Programado	Realizado	Realizado/ Programado %
Analisar projetos de implantação e melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água, relativos a exercícios anteriores, PAC.	Projeto analisado	Unidade	05	05	100
Realizar visitas de acompanhamento de obras de implantação e melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água, relativas a exercícios anteriores, PAC.	Visita técnica de acompanhamento de exercícios anteriores realizada	Unidade	06	01	17

Fonte: Plano Operacional da Suest-SP/2011

Cumprimento das metas físicas: Foram analisados todos os projetos de exercícios anteriores a 2011, em relação às visitas técnicas de acompanhamento, somente 1 foi realizada, pois as demais convenientes não encaminharam o Relatório 1 (conforme Portaria 623/2010).

Subações que apresentaram problemas na execução: não aplicável.

Subações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas: não aplicável.

Identificação da subação					
Denominação: Sistemas de Abastecimento de Água – convênios					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2011		
			Programado	Realizado	Realizado/ Programado %

Analisar projetos de implantação e melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água, relativos a exercícios anteriores.	Projeto analisado	Unidade	1	0	0
Realizar visita preliminar, relativos a exercícios anteriores	Visita preliminar de exercícios anteriores realizada	Unidade	1	0	0
Realizar visitas de acompanhamento de obras de implantação e melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água, relativas a exercícios anteriores	Visita técnica de acompanhamento de exercícios anteriores realizada	Unidade	12	12	100%

Fonte: Plano Operacional da Suest-SP/2011

Cumprimento das metas físicas: O único projeto exercícios anteriores a 2011, não foi analisado, pois a convenente não apresentou documentos, inviabilizando a análise e a realização da visita preliminar. Em relação às visitas técnicas de acompanhamento, foram realizadas em sua totalidade, com a finalidade de visitas de acompanhamento para prestação de contas inicial e parcial (liberação de parcelas), prestação de contas final e prestação de contas relativas a passivos.

Subações que apresentaram problemas na execução: não aplicável.

Subações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas: não aplicável.

Identificação da Ação
Denominação: 10GE - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE).
Tipo de Ação: Projeto
Finalidade: Dotar os domicílios e estabelecimentos coletivos de sistema público de coleta e tratamento de esgoto sanitário adequado visando à prevenção e o controle de doenças e agravos.
Descrição: Implantação e/ou a ampliação e/ou a melhoria de sistemas públicos de esgotamento sanitário, contemplando a elaboração de planos diretores e projetos, a realização de obras, incluindo ligação domiciliar, rede coletora e estação de tratamento, e ações voltadas para a sustentabilidade dos mesmos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: Ricardo Frederico de Melo Arantes
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Identificação da subação					
Denominação: Sistemas de Esgotamento Sanitário – PAC 1					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2011		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Analisar convênios, referente projetos para sistema de esgotamento sanitário de exercícios anteriores, PAC.	Projeto analisado	Unidade	4	4	100
Realizar visita de acompanhamento de Convênios de Exercícios Anteriores, PAC.	Visitas de acompanhamento de exercícios anteriores realizada	Unidade	1	1	100

Fonte: Plano Operacional da Suest-SP/2011

Cumprimento das metas físicas: Foram analisados os convênios de exercícios anteriores, em sua totalidade, bem como foi realizada 1 visita de acompanhamento, conforme programado.

Subações que apresentaram problemas na execução: não aplicável.

Subações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas: não aplicável.

Identificação da subação					
Denominação: Sistemas de Esgotamento Sanitário – convênios					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2011		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Realizar visitas de acompanhamento, referente projetos para implantação e melhorias do sistema de esgotamento sanitário, de Convênios de Exercícios Anteriores.	Projeto analisado	Unidade	9	12	133

Fonte: Plano Operacional da Suest-SP/2011

Cumprimento das metas físicas: Foram realizadas visitas técnicas de acompanhamento, além do previsto, relacionadas a: visitas de acompanhamento para prestação de contas inicial e parcial (liberação de parcelas), prestação de contas final e prestação de contas relativas a passivos.

Subações que apresentaram problemas na execução: não aplicável.

Subações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas: Foi possível realizar mais visitas de acompanhamento que o previsto, em razão da demanda de prestação de contas existente e de passivos.

Identificação da Ação
Denominação: 7652 - Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos
Tipo de Ação: Projeto
Finalidade: Dotar os domicílios e estabelecimentos coletivos de condições sanitárias adequadas visando à prevenção e controle de doenças e agravos.
Descrição: Melhorias Sanitárias Domiciliares são intervenções promovidas, prioritariamente, nos domicílios e eventualmente intervenções coletivas de pequeno porte. Incluem a construção de módulos sanitários, banheiro, privada, tanque séptico, sumidouro (poço absorvente), instalações de reservatório domiciliar de água, tanque de lavar roupa, lavatório, pia de cozinha, ligação à rede pública de água, ligação à rede pública de esgoto, dentre outras. São consideradas coletivas de pequeno porte, por exemplo: banheiro público, chafariz público, ramais condominiais, tanque séptico, etc. Pode também fomentar a implantação de oficina municipal de saneamento.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: José Antônio da Motta Ribeiro
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Identificação da subação			
Denominação: Melhorias Sanitárias Domiciliares – PAC 1			
Descrição da Meta	Produto	Unidade	Exercício 2011

		de Medida	Programado	Realizado	Realizado/ Programado %
Analisar convênios, referentes a implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares, de exercícios anteriores, PAC.	Projeto analisado	Unidade	1	1	100
Realizar visitas de acompanhamento de Convênios de Exercícios Anteriores, PAC	Visitas de acompanhamento de exercícios anteriores realizada	Unidade	2	2	0

Fonte: Plano Operacional da Suest-SP/2011

Cumprimento das metas físicas: O convênio de exercícios anteriores foi analisado. As visitas de acompanhamento não foram realizadas, pois as convenentes não enviaram o Relatório 1, conforme Portaria 623/2010. As convenentes foram notificadas a apresentar o R1 quando da execução do percentual da obra de acordo com o percentual de recursos liberados.

Subações que apresentaram problemas na execução: não aplicável.

Subações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas: não aplicável.

Identificação da subação					
Denominação: Melhorias Sanitárias Domiciliares – convênios					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2011		
			Programado	Realizado	Realizado/ Programado %
Realizar visitas de acompanhamento de Convênios de Exercícios Anteriores, PAC	Visitas de acompanhamento de exercícios anteriores realizada	Unidade	6	10	167

Fonte: Plano Operacional da Suest-SP/2011

Cumprimento das metas físicas: Foram realizadas visitas técnicas de acompanhamento, além do previsto, relacionadas a: visitas de acompanhamento para prestação de contas inicial e parcial (liberação de parcelas), prestação de contas final e prestação de contas relativas a passivos.

Subações que apresentaram problemas na execução: não aplicável.

Subações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas: Foi possível realizar mais visitas de acompanhamento que o previsto, em razão da demanda de prestação de contas existente e de passivos.

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 1287	Denominação: Saneamento Rural
Tipo do Programa: Finalístico	
Objetivo Geral: Promover e participar da adoção de medidas voltadas à prevenção e ao controle dos determinantes e condicionantes de saúde da população.	
Objetivos Específicos: Ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento ambiental em áreas rurais.	
Gerente: Faustino Barbosa Lins Filho - Funasa	Responsável: José Raimundo Machado dos Santos - Funasa
Público Alvo: População rural dispersa, residente em assentamentos da reforma agrária e em localidades de até 2.500 habitantes e as minorias étnico-raciais como quilombolas, população indígena e outros povos da floresta.	

Fonte: Sigplan

Identificação da Ação
Denominação: 7656 - Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Rurais, em Áreas Especiais (Quilombos, Assentamentos e Reservas Extrativistas) e em Localidades com População Inferior a 2.500 Habitantes para Prevenção e Controle de Agravos.
Tipo de Ação: Projeto
Finalidade: Propiciar resolutibilidade, em áreas de interesse especial (assentamentos, remanescentes de quilombos e áreas extrativistas) para problemas de saneamento, prioritariamente o abastecimento público de água, o esgotamento sanitário e as melhorias sanitárias domiciliares e/ou coletivas de pequeno porte, bem como a implantação de oficina municipal de saneamento, visando à prevenção e ao controle de doenças e agravos.
Descrição: Fomento e financiamento a implantação e/ou a ampliação e/ou a melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água e de sistemas públicos de esgotamento sanitário, contemplando a elaboração de planos diretores e projetos, a realização de obras, incluindo ligação domiciliar, rede coletora de esgoto, rede de distribuição de água e estação de tratamento, ações voltadas para a sustentabilidade dos mesmos, bem como a implantação de melhorias sanitárias domiciliares e/ou coletivas de pequeno porte, assim como a implantação de oficina municipal de saneamento, compreendendo desde a elaboração do projeto até a sua operação plena.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional da Saúde
Coordenador da Ação: Jose Antonio da Motta Ribeiro
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Identificação da subação					
Denominação: Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Rurais, em Áreas Especiais (Quilombolas, Assentamentos e Reservas Extrativistas) e em localidades com população inferior a 2.500 habitantes para Prevenção e Controle de Agravos (7656)					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2011		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Analisar projeto de saneamento ambiental em (comunidade remanescente de quilombo, assentamento da reforma agrária, reserva extrativista ou localidades rurais com até 2.500 habitantes) referentes a exercícios anteriores, PAC.	Projeto analisado	Unidade	1	1	100
Realizar visitas de acompanhamento de Convênios de Exercícios Anteriores, PAC	Visitas de acompanhamento de exercícios anteriores realizada	Unidade	3	1	33

Fonte: Plano Operacional da Suest-SP/2011

Cumprimento das metas físicas: O convênio de exercícios anteriores foi analisado. As visitas de acompanhamento não foram realizadas, em sua totalidade, pois as convenentes não enviaram o Relatório 1, conforme Portaria 623/2010. As convenentes foram notificadas a apresentar o R1 quando da execução do percentual da obra de acordo com o percentual de recursos liberados.

Subações que apresentaram problemas na execução: não aplicável.

Subações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas: não aplicável.

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 8007	Denominação: Resíduos Sólidos Urbanos
Tipo do Programa: Finalístico	
Objetivo Geral: Promover e difundir a gestão ambiental, a produção e o consumo sustentável nos ambientes urbanos e rurais e nos territórios dos povos e comunidades tradicionais.	
Objetivos Específicos: Ampliar a área de cobertura e eficiência dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos, com ênfase no encerramento de lixões, na redução, no reaproveitamento e na reciclagem de materiais, por meio da inclusão socioeconômica de catadores	
Gerente: Silvano Silvério da Costa - Ministério do Meio Ambiente	Responsável: Ruy Gomide Barreira- Funasa/MS
Público Alvo: População localizada em áreas de maior concentração de pobreza do país e/ou de fragilidade físico-ambiental; em municípios de pequeno e médio portes, nas periferias de grandes centros e de regiões metropolitanas.	

Identificação da Ação
Denominação: 20AM - Implementação de Projetos de Coleta e Reciclagem de Materiais
Tipo de Ação: Atividade
Finalidade: Aumentar a produtividade do processo de coleta e reciclagem de materiais acompanhados do desenvolvimento de atividades educativas, informativas e de comunicação, visando à mobilização dos catadores para a prevenção e controle de doenças e agravos, ocasionados pelas condições de trabalho a que estes estão submetidos.
Descrição: A ação de Apoio à Implementação de Projetos de Coleta e Reciclagem de Materiais contempla intervenções que visam contribuir para a universalização dos serviços de coleta, limpeza pública, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos nas áreas mais carentes do país e será implementada por intermédio das modalidades abaixo relacionadas: a) Implantação, ampliação ou melhoria de Unidades Básicas de Materiais Recicláveis, assistência técnica, aquisição de máquinas, equipamentos e insumos e desenvolvimento institucional; b) Assessoramento técnico aos representantes de empresas públicas, fundações ou organizações não governamentais na elaboração, execução, acompanhamento e supervisão de projetos, programas e atividades educativas de caráter permanente.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: José Antônio da Motta Ribeiro
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Identificação da subação					
Denominação: Apoio aos Catadores					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2011		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Analisar projetos de Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos de exercícios anteriores, referente a ação de Apoio aos Catadores (convênios com cooperativas e associações de catadores), PAC	Projeto analisado	Unidade	31	19	61
Analisar projeto de Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos de	Projeto analisado	Unidade	1	1	100

exercícios anteriores, referente a ação de Apoio aos Catadores, PAC					
Realizar visita preliminar referente aos projetos de Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos de exercícios anteriores, PAC	Visitas preliminares realizadas	Unidade	31	19	61

Fonte: Plano Operacional da Suest-SP/2011

Cumprimento das metas físicas: Foi analisado o projeto de exercícios anteriores. Em relação a análise de projetos e visitas preliminares dos convênios firmados em 2011, não foi possível realizar todas as análises e visitas em razão das atividades do PAC2 que ocupou grande parte do tempo da equipe técnica, que também já é bastante reduzida.

Subações que apresentaram problemas na execução: não aplicável.

Subações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas: não aplicável,

Identificação da Ação
Denominação: 10GG - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios de até 50.000 Habitantes, Excluído de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE).
Tipo de Ação: Projeto
Finalidade: Apoiar, técnica e financeiramente, os estados e municípios na implantação, ampliação ou melhoria dos sistemas de coleta, tratamento e destinação final de resíduos sólidos para prevenção e controle de agravos nas áreas mais carentes do país e com população inferior a 50.000 habitantes, preferencialmente, nos municípios acometidos de incidência da dengue.
Descrição: A ação de implantação e ampliação dos sistemas de limpeza pública, acondicionamento, coleta, disposição final e tratamento de resíduos sólidos urbanos contempla intervenções que visam contribuir para a universalização dos serviços de coleta, limpeza pública, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos nas áreas mais carentes do país e com população inferior a 30.000 habitantes, preferencialmente, nos municípios acometidos de incidência da dengue, e será implementada por intermédio das modalidades relacionadas a seguir: a) acondicionamento, coleta e transporte; implantação de sistema de coleta convencional e/ou seletiva, incluindo a aquisição de veículos, material e equipamentos para acondicionamento (cestas e contenedores para Postos de Entrega Voluntária - PEV e Locais de Entrega Voluntária - LEV instalados em logradouros públicos); b) unidades de disposição final - aterros sanitários ou de rejeitos. É passível de apoio financeiro toda a infra-estrutura para implantar aterros sanitários, incluindo: acesso; proteção adequada da área (cercamento e barreira vegetal); edificações de controle e apoio (balança, escritório, oficina de reparos, etc.), drenagem pluvial de chorume e de gases, impermeabilização de base, tratamento do chorume e equipamentos para operação. c) unidades de tratamento - triagem e/ou compostagem. É passível de apoio financeiro toda a infra-estrutura de implantação de unidades de tratamento de resíduos, bem como galpão para separação de resíduos destinados a catadores, incluindo obras civis, materiais e equipamentos; pátio de compostagem; balança; aterro de rejeitos e equipamentos para a operacionalização da unidade de tratamento. d) erradicação de "lixões" e recuperação das áreas degradadas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: José Antônio da Motta Ribeiro
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Identificação da subação			
Denominação: Sistema de Resíduos Sólidos			
Descrição da Meta	Produto	Unidade	Exercício 2011

		de Medida	Programado	Realizado	Realizado/ Programado %
Analisar projetos de Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos de exercícios anteriores	Projeto analisado	Unidade	39	35	90
Realizar visitas preliminares referentes a exercícios anteriores	Visitas preliminares realizadas	Unidade	15	11	73
Realizar visitas de acompanhamento de Convênios de Exercícios Anteriores	Visitas de acompanhamento realizadas	Unidade	15	9	60

Fonte: Plano Operacional da Suest-SP/2011

Cumprimento das metas físicas: A análise dos projetos de exercícios anteriores não foi realizada em sua totalidade por motivos de não apresentação de documentos pelas convenentes, bem como à escassez de tempo, especialmente, no segundo semestre de 2011, em decorrência das atividades do PAC2, e pelo mesmo motivo, não foram realizadas as visitas preliminares em sua totalidade. As visitas de acompanhamento não foram realizadas em sua totalidade pelo fato de algumas convenentes não terem enviado o Relatório 1, conforme Portaria 623/2010. As convenentes foram notificadas a apresentar o R1 quando da execução do percentual da obra de acordo com o percentual de recursos liberados.

Subações que apresentaram problemas na execução: não aplicável.

Subações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas: não aplicável.

**2.3.1 RESUMO DA EXECUÇÃO FÍSICA DAS SUBAÇÕES REALIZADAS PELA UJ
EM ANEXO**

2.4 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO

2.4.1 PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

QUADRO A.2.3 - IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
2207	36211	255025

2.4.2 PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES

QUADRO A.2.4 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							
	LOA							
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos	NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE					
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
Créditos Cancelados								
Outras Operações								
Total								

Fonte:

2.4.3 PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL

QUADRO A.2.5 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CAPITAL

Valores em R\$
1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital						
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							
	LOA							
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos	NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE					
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
Créditos Cancelados								
Outras Operações								
Total								

2.4.3.1 QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS

QUADRO A.2.6 - QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS E DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO						
	PLOA						
	LOA						
CRÉDITOS	Suplementares	NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE					
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
Créditos Cancelados							
Outras Operações							
Total							

2.4.3.2 MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA
QUADRO A.2.7 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	Não houve ocorrências no período				
	Recebidos	255025		9.324,21		1.814.487,77
Movimentação Externa	Concedidos	Não houve ocorrências no período				
	Recebidos	255025				2.489.906,56
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	Não houve ocorrências no período				
	Recebidos	255025		245.876,12		
Movimentação Externa	Concedidos	Não houve ocorrências no período				
	Recebidos	255025		21.684,77		

Fonte: SIAFI

Análise crítica:

- Realização das programações resultante dos créditos orçamentários recebidos para despesas de Capital, prejudicada pela não realização plena das obras do PAC, principalmente, dentro do Plano Interno MS1067-Abastecimento de Água, e MS1068-Melhorias Sanitárias Domiciliares. Somados os dois planos internos acima, o valor corresponde a aproximadamente 18% do total da movimentação orçamentária de 2011 de R\$4.581.279,43.
- Quanto ao grupo de despesas correntes, comparativamente ao ano anterior houve uma redução de 18% na movimentação, devido à efetivação da transição da Saúde Indígena para o Ministério da Saúde ao longo do exercício de 2011.

2.4.4 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

2.4.4.1 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

2.4.4.1.1 DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

QUADRO A.2.8 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Modalidade de Licitação				
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão	NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA			
Concurso				
Consulta				
Registro de Preços				
Contratações Diretas				
Dispensa				
Inexigibilidade				
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos				
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha				
Diárias				
Outros				

2.4.4.1.2 **DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA**

QUADRO A.2.9 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal								
Nome 1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa	NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA							
2º elemento de despesa	NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA							
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3 – Outras Despesas Correntes								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte:

2.4.4.1.3 DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA

QUADRO A.2.10 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 – Investimentos								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5 – Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa	NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA							
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 – Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte:

2.4.4.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE CRÉDITOS RECEBIDOS PELA UJ POR MOVIMENTAÇÃO

2.4.4.3 DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

QUADRO A.2.11 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO.

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Licitação				
Convite	-----	17.967,51	-----	17.967,51
Tomada de Preços	-----	-----	-----	-----
Concorrência	-----	-----	-----	-----
Pregão	2.854.149,08	3.026.823,33	2.789.843,42	3.003.137,46
Concurso	-----	-----	-----	-----
Consulta	-----	-----	-----	-----
Contratações Diretas				
Dispensa	313.355,17	343.237,14	306.530,90	326.072,74
Inexigibilidade	378.756,32	453.142,10	376.239,03	451.781,01
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	2.296,74	4.870,21	2.296,74	4.870,21
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	9.324,21	10.314,91	9.324,21	10.314,91
Diárias	142.802,73	434.893,65	142.802,73	434.893,65
Outras	204.069,55	655.817,03	204.009,22	580.546,35

Fonte: SIAFI 2011 e SIAFI 2010

Análise Crítica:

- Não ocorreram alterações na Programação Orçamentária, em razão de assunção de novas atribuições ou do cancelamento e de modificações de ação realizada no exercício anterior.
- Não houve contingenciamento de créditos orçamentários e despesas financeiras.
- Principais alterações nos montantes despendidos por modalidade de contratação:
 - a) Pregão: redução de 6% em relação ao ano anterior em consequência da efetivação da transição da Saúde Indígena para o Ministério da Saúde ao longo do exercício de 2011, resultando em diminuição das despesas executadas por esta UG Executora;

- b) Diárias: redução significativa de 67%, em consequência do Decreto nº 7.446 de 1º de Março de 2011, que limitou os gastos com diárias, passagens e locomoção no exercício de 2011;
- c) Outras modalidades: redução de 69% em consequência da efetivação da transição da Saúde Indígena para o Ministério da Saúde, resultando em redução das despesas executadas por esta UG Executora.

2.4.5 DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO.

QUADRO A.2.12 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal								
1º elemento de despesa -08	9.324,21	10.314,91	-0-	-0-	-0-	-0-	9.324,21	10.314,91
2º elemento de despesa	Não houve ocorrências no período	Não houve ocorrências no período	Não houve ocorrências no período	Não houve ocorrências no período	Não houve ocorrências no período	Não houve ocorrências no período	Não houve ocorrências no período	Não houve ocorrências no período
3º elemento de despesa	Não houve ocorrências no período	Não houve ocorrências no período	Não houve ocorrências no período	Não houve ocorrências no período	Não houve ocorrências no período	Não houve ocorrências no período	Não houve ocorrências no período	Não houve ocorrências no período
Demais elementos do grupo	Não houve ocorrências no período	Não houve ocorrências no período	Não houve ocorrências no período	Não houve ocorrências no período	Não houve ocorrências no período	Não houve ocorrências no período	Não houve ocorrências no período	Não houve ocorrências no período
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa	Não houve ocorrências no período	Não houve ocorrências no período	Não houve ocorrências no período	Não houve ocorrências no período	Não houve ocorrências no período	Não houve ocorrências no período	Não houve ocorrências no período	Não houve ocorrências no período
2º elemento de despesa	Não houve ocorrências no período	Não houve ocorrências no período	Não houve ocorrências no período	Não houve ocorrências no período	Não houve ocorrências no período	Não houve ocorrências no período	Não houve ocorrências no período	Não houve ocorrências no período
3º elemento de despesa	Não houve ocorrências no período	Não houve ocorrências no período	Não houve ocorrências no período	Não houve ocorrências no período	Não houve ocorrências no período	Não houve ocorrências no período	Não houve ocorrências no período	Não houve ocorrências no período
Demais elementos do grupo	Não houve	Não houve	Não houve	Não houve	Não houve	Não houve	Não houve	Não houve

	ocorrências no período	ocorrências no período	ocorrências no período	ocorrências no período	ocorrências no período	ocorrências no período	ocorrências no período	ocorrências no período
3- Outras Despesas Correntes								
1º elemento de despesa-37	1.995.514,21	2.183.293,01	1.861.797,93	1.838.837,86	133.716,28	344.455,15	1.829.370,46	1.828.451,27
2º elemento de despesa-39	1.455.088,28	1.795.410,37	1.271.649,70	1.438,324,68	183.438,58	357.085,69	1.235.421,58	1.422.122,86
3º elemento de despesa-30	416.066,57	335.095,43	228.731,68	325.863,31	187.334,89	9.232,12	225.800,43	310.240,36
Demais elementos do grupo- 14-33-36-47-92-92	437.725,27	908.211,42	368.762,78	874.287,72	68.962,49	33.923,70	366.642,07	799.017,04

Fonte: SIAFI 2011 e
SIAFI2010

Análise Crítica:

- Não ocorreram alterações na Programação Orçamentária, em razão de assunção de novas atribuições ou do cancelamento e de modificações de ação realizada no exercício anterior.
- Não houve contingenciamento de créditos orçamentários e despesas financeiras.
- Redução geral nos montantes despendidos por elemento de despesa, em consequência da efetivação da transição da Saúde Indígena para o Ministério da Saúde ao longo do exercício de 2011, resultando em diminuição das despesas executadas por esta UG Executora;
- Redução significativa no elemento de despesa: diárias, em consequência do Decreto nº 7.446 de 1º de Março de 2011, que limitou os gastos com diárias, passagens e locomoção no exercício de 2011.

2.4.6 DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO.

QUADRO A.2.13 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 - Investimentos								
1º elemento de despesa-51	21.684,77	96.560,72	21.684,77	17.967,51	-----	78.593,21	21.684,77	17.967,51
2º elemento de despesa-52	245.876,12	28.946,24	-----	6.576,24	245.876,12	22.370,00	-----	6.576,24
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5 - Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 - Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: SIAFI2011 e SIAFI2010

Análise Crítica:

- Despesas de Capital prejudicada pela não realização plena das obras do PAC, principalmente, dentro do Plano Interno MS1067-Abastecimento de Água, e MS1068-Melhorias Sanitárias Domiciliares.
- Valor empenhado em 2011 refere-se à aquisição de uma unidade móvel laboratorial para controle da qualidade da água, a entrar em operação no início de 2012.

2.4.7 INDICADORES INSTITUCIONAIS

EM ANEXO

3. INFORMAÇÕES SOBRE RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS.

3.1 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS.

QUADRO A.3.1. - RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
NÃO HOUVE OCORRÊNCIAS NO PERÍODO					
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2010	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2011
Razões e Justificativas:					
Fonte:					

4. INFORMAÇÕES SOBRE RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS.

4.1 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.

QUADRO A.4.1 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	117.482,04	-0-	112.692,25	4.789,79
2009	71.002,67	235,88	33.326,71	37.440,08
2008	131.092,91		127.342,91	3.750,00
2007	51.186,64	-0-	51.186,64	-0-
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	845.659,87	234.417,09	493.404,28	117.838,50
2009	249.516,73	31.181,36	-0-	218.335,37
2008	33.637,67	31.597,67		2.040,00
2007	22.404,68	-0-	22.404,68	-0-
Observações: Decreto nº7468 de 28/04/11 – “Permanecem válidos após 30/04/11, os empenhos de restos a pagar não processados das despesas inscritas nos exercícios financeiros de 2007, 2008 e 2009”				

Fonte: SIAFI, DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Análise Crítica

- Evolução positiva no pagamento dos RP em 2011, devido à contínua revisão durante o ano de 2011, dos montantes inscritos em RP em exercícios anteriores. Redução no saldo de RP de R\$558.841 em 2010 para R\$384.023 em 2011, representando uma melhora significativa de 31%.
- Não houve maior impacto na gestão financeira da UJ, em decorrência de pagamento de RP de exercícios anteriores.

- Os valores remanescentes em RP em 31/12/2011, representam na sua grande maioria aos contratos de serviços de execução de obras, os quais estão pendentes de liquidação e pagamento, por conta de algumas etapas da execução, do acompanhamento, ou documentação do serviço; não terem sido completadas a contento.
- Não há no SIAFI, valores referentes à RP de exercícios anteriores a 2010, sem que a sua vigência tenha sido prorrogada por Decreto. (Decreto 7.468 de 28/04/2011 “Permanecem válidos após 30/04/11, os empenhos de restos a pagar não processados das despesas inscritas nos exercícios financeiros de 2007, 2008 e 2009”).
- Gestão de RP é facilitada pelo registro das movimentações no SIAFI, proporcionando um acompanhamento acurado e em tempo real, dos saldos de RP.

5. INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS DA UNIDADE

5.1 DEMONSTRAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO À DISPOSIÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

QUADRO A.5.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	-	82	1	4
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	-	82	1	4
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	78	-	4
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	3	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	1	1	-
2. Servidores com Contratos Temporários	-	4	1	-
3. Total de Servidores (1+2)	-	86	2	4

QUADRO A.5.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ –
SITUAÇÃO EM 31/12/2011

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	17
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	1
1.2. Exercício de Função de Confiança	3
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	13
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	-
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	-
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	-
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	-
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	1
3.1. De ofício, no interesse da Administração	1
3.2. A pedido, a critério da Administração	-
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	-
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	-
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	-
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	-
4.1. Doença em pessoa da família	-
4.2. Capacitação	-
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	-
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	-
5.2. Serviço militar	-
5.3. Atividade política	-

5.4. <i>Interesses particulares</i>	-
5.5. <i>Mandato classista</i>	-
6. <i>Outras situações (Especificar o ato normativo)</i>	-
7. <i>Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)</i>	18

Fonte: Siape

**QUADRO A.5.3 – DETALHAMENTO, ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ
(SITUAÇÃO EM 31/12/2011)**

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	-	7	2	1
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	-	-	-	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	4	1	1
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	1	1	-
1.2.4. Sem vínculo	-	2	-	-
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
2. Funções gratificadas	-	14	5	5
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	14	5	5
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	-	21	7	6

Fonte: Siape

QUADRO A.5.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2011

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo	8	10	26	24	3
<i>1.1. Membros de poder e agentes políticos</i>	-	-	-	-	-
<i>1.2. Servidores de Carreira</i>	8	8	25	24	2
<i>1.3. Servidores com Contratos Temporários</i>	-	2	1	-	1
2. Provimento de cargo em comissão	3	3	6	5	1
<i>2.1. Cargos de Natureza Especial</i>	-	-	-	-	-
<i>2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior</i>	-	2	3	1	1
<i>2.3. Funções gratificadas</i>	3	1	3	4	-
3. Totais (1+2)	11	13	32	29	4

Fonte: Siape

QUADRO A.5.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2011

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	-	-	4	2	30	26	-	-	-
<i>1.1. Membros de poder e agentes políticos</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>1.2. Servidores de Carreira</i>	-	-	4	2	30	22	-	-	-
<i>1.3. Servidores com Contratos Temporários</i>	-	-	-	-	-	4	-	-	-
2. Provimento de cargo em comissão	-	-	1	1	4	15	-	-	-
<i>2.1. Cargos de Natureza Especial</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior</i>	-	-	-	-	1	6	-	-	-
<i>2.3. Funções gratificadas</i>	-	-	1	1	3	9	-	-	-
3. Totais (1+2)	-	-	5	3	34	41	-	-	-

Fonte: Siape

QUADRO A.5.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO/2011

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral	2	-
1.1 Voluntária	1	-
1.2 Compulsória	-	-
1.3 Invalidez Permanente	1	-
1.4 Outras	-	-
2. Proporcional	-	-
2.1 Voluntária	-	-
2.2 Compulsória	-	-
2.3 Invalidez Permanente	-	-
2.4 Outras	-	-
3. Totais (1+2)	2	-

Fonte: Siape

QUADRO A.5.7 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2011

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado	84	-
1.1. Integral	77	-
1.2. Proporcional	07	-
2. Em Atividade	40	-
3. Total (1+2)	124	-

Fonte: Siape

QUADRO A.5.8 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	9	9	8	8	55.978,08
1.1 Área Fim	2	2	2	2	16.158,15
1.2 Área Meio	7	7	6	6	39.819,93
2. Nível Médio	12	10	10	9	35.636,56
2.1 Área Fim	1	1	1	0	2.819,21
2.2 Área Meio	11	9	9	9	32.817,35
3. Total (1+2)	21	19	18	17	91.614,64

Fonte: Siape

QUADRO A.5.9 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	2011	1.836.213,94	-	1.175.704,85	81.018,84	336.915,51	184.950,47	-	-	26.301,38	3.641.104,99
	2010	4.041.010,63	30.331,21	3.607.254,89	884.103,44	707.167,77	72.257,81	60.113,46	-	55.098,43	9.457.337,64
	2009	4.113.236,82	68.683,48	3.302.873,64	790.749,59	1.023.833,54	240.684,72	55.098,43	-	60.113,46	9.655.273,68
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2011	161.218,97	-	-	7.560,32	-	-	-	-	-	168.779,29
	2010	286.986,17	-	20.433,33	9.705,82	-	-	-	-	-	317.125,32
	2009	255.825,12	-	21.965,84	-	-	-	-	-	-	277.790,96
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Exercícios	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2011	110.317,29	31.172,39	-	-	-	-	-	-	-	141.489,68
	2010	-	104.775,16	-	-	-	-	-	-	-	104.775,16
	2009	-	140.397,72	-	-	-	-	-	-	-	140.397,72
Servidores ocupantes de Funções gratificadas											
Exercícios	2011	48.792,88	-	-	-	-	-	-	-	-	48.792,88
	2010	-	103.675,31	-	-	-	-	-	-	-	103.675,31
	2009	-	103.048,23	-	-	-	-	-	-	-	103.048,23

Fonte: Siape

QUADRO A.5.9 – CARGOS E ATIVIDADES INERENTES A CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE JURISDICIONADA.

“NÃO HOUVE OCORRÊNCIAS NO PERÍODO”

QUADRO A.5.10 – RELAÇÃO DOS EMPREGADOS TERCEIRIZADOS SUBSTITUÍDOS EM DECORRÊNCIA DA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO OU DE PROVIMENTO ADICIONAL AUTORIZADOS

“NÃO HOUVE OCORRÊNCIAS NO PERÍODO”

QUADRO A.5.11 – AUTORIZAÇÕES PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS OU PROVIMENTO ADICIONAL PARA SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS.

“NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”

QUADRO 5.12 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE SÃO PAULO													
UG/Gestão: 36211/255025							CNPJ: 26.989.350/0538-21						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	15/2009	06.214.438/0001-59	30/09/2009	19/04/2011	0	12					E
2011	L	O	02/2011	10.446.523/0001-10	05/05/2011	04/05/2012	0	4					A
2009	V	O	04/2009	00.459.601/0001-67	31/07/2009	29/07/2012	0	11					P (*)
2011	V	O	03/2011	05.871.369/0001-93	01/09/2011	01/09/2012	0	5					A
<p>Observações: Nestes contratos, não foram especificados a escolaridade mínima para os trabalhadores contratados. (*) O Contrato de Vigilância nº04/2009 foi sub-rogado para o DSEI-LSUL, conforme Termo de Sub-Rogação nº06/2011 de 26/12/2011, publicado no DOU nº249, Seção 3, pág174, em 28/12/2011.</p>													
<p>LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.</p>													

Fonte: Salog/Diadm/Suest-SP

QUADRO .5.13 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE SÃO PAULO													
UG/Gestão: 36211 / 255025					CNPJ: 26.989.350/0538-21								
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	4	O	07/2009	08.604.419/0001-64	01/10/2009	30/09/2012	38	38					P (*)
2009	6	O	27/2009	07.836.985/0001-39	03/11/2009	03/11/2011	0	3					E
2011	6	O	10/2011	12.849.578/0001-04	29/12/2011	28/12/2012	1	1					A
2011	7	O	10/2011	12.849.578/0001-04	29/12/2011	28/12/2012			2	1			A
<p>Observações: No contrato nº 27/2009, não foi especificado a escolaridade mínima para os trabalhadores contratados.</p> <p>(*) O Contrato de Transportes nº 07/2009 foi sub-rogado para o DSEI-LSUL conforme Termo de Sub-Rogação nº01/2011 de 01/12/2011, publicado no DOU nº231, Seção 3, pág.168, em 02/12/2011.</p>													
LEGENDA				<p>Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.</p> <p>Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.</p> <p>Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.</p> <p>Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.</p>									
<p>Área:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Conservação e Limpeza; 2. Segurança; 3. Vigilância; 4. Transportes; 5. Informática; 6. Copeiragem; 7. Recepção; 													

8. *Reprografia;*
9. *Telecomunicações;*
10. *Manutenção de bens móveis*
11. *Manutenção de bens imóveis*
12. *Brigadistas*
13. *Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes*
14. *Outras*

Fonte: Salog/Diadm/Suest-SP

5.2 INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS

“NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”

“ESTA UJ NÃO TEM INDICADORES DESENVOLVIDOS PARA A ÁREA DE PESSOAL”

6. INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS

6.1 RELAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE 2011.

“NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”

“A SUEST NÃO FAZ TRANSFERENCIAS A OUTROS ÓRGÃOS OU UNIDADES”

6.2 QUANTIDADE DE INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS CELEBRADOS E VALORES REPASSADOS NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS.

“NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”

“A SUEST NÃO FAZ TRANSFERENCIAS A OUTROS ÓRGÃOS OU UNIDADES”

6.3 INFORMAÇÕES SOBRE O CONJUNTO DE INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS QUE VIGERÃO NO EXERCÍCIO DE 2011 E SEQUENTES.

“NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”

“A SUEST NÃO FAZ TRANSFERENCIAS A OUTROS ÓRGÃOS OU UNIDADES”

6.4 INFORMAÇÕES SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS AOS CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE

QUADRO A.6.4 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE.

Unidade Concedente					
Nome: Superintendência Estadual de São Paulo/SP					
CNPJ:		UG/GESTÃO: 255025			
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2011	Contas prestadas	Quantidade	32	6	
		Montante Repassado	4.404.415,20	1.364.426,38	
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	2		
		Montante Repassado	38.696,00		
2010	Contas prestadas	Quantidade	23		
		Montante Repassado	9.771.171,59		
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	1		
		Montante Repassado	23.696,00		
2009	Contas prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
Anteriores a 2009	Contas NÃO prestadas	Quantidade	5		
		Montante Repassado	204.673,00		
Fonte:					

6.5 INFORMAÇÕES SOBRE A ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E DE CONTRATOS DE REPASSE

QUADRO A.6.5 - VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DA FUNASA					
CNPJ:		UG/GESTÃO: 255025			
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2011	Quantidade de contas prestadas			38	
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade	Contas analisadas	-	
			Contas Não analisadas	-	
		Montante repassado (R\$)			
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	26	
			Quantidade Reprovada	4	
			Quantidade de TCE	6	
Contas NÃO analisadas		Quantidade	74		
Montante repassado (R\$)			13.604.809,67		
2010	Quantidade de contas prestadas			38	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		67	
		Quantidade Reprovada		-	
		Quantidade de TCE		5	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		44	
Montante repassado (R\$)			8.410.424,79		
2009	Quantidade de contas prestadas				
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada			
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
	Contas NÃO analisadas	Quantidade			
Montante repassado					
Exercícios anteriores a 2009	Contas NÃO analisadas	Quantidade		17	
		Montante repassado		1.312.050,63	
Fonte:					

Análise Crítica:

O Serviço de Convênios/SP tem por atribuição fazer gestão visando acompanhar, manter o controle dos processos de convênios, orientar os municípios e proceder às verificações “in loco” da documentação de licitação e de liquidação das despesas com os recursos repassados quer seja a título de Convênios ou Termos de Repasses, visando a elaboração do parecer financeiro, fazendo constar se houve ou não a boa e regular aplicação do referido recurso.

Na Superintendência em São Paulo, a Equipe de Convênios, continua carente de servidor e de servidor capacitado para assumir as atribuições inerentes aos setores, quer seja de Habilitação, quer seja de Prestação de Contas, de modo que contamos com duas servidoras na Habilitação e uma servidora para análise de prestação de contas. Carecemos, portanto de que sejam capacitados os poucos servidores que aqui desempenham suas funções, para que possam desempenhá-las com segurança em ambos os setores.

Quanto às análises de prestação de contas, este serviço tem envidado esforços visando à análise destes processos no prazo de 60(sessenta) dias, porém não temos obtido êxito devido ao número limitado de servidor no serviço de convênios, embora a Superintendência tenha formado força tarefa periodicamente visando diminuir o passivo de prestação de contas.

Informo ainda que os processos de prestação de contas já receberam algum tipo de atenção, tendo na sua maioria pareceres de pré-análise, isto é, quando analisamos os documentos enviados pelos municípios e notificamos, se for o caso, para que apresentem documentação pendente, porém não podemos concluir as análises, devido à falta dos pareceres técnicos da área de engenharia, repercutindo assim no índice alto de prestação de contas não analisadas.

Atualmente, temos quantidade de equipamentos suficientes para o Serviço de Convênios, porém, mais uma vez ressalto, necessitamos de servidores treinados.

No momento esta demanda tem sido atendida parcialmente com força tarefa de outros estados, embora com as medidas adotadas pelo segundo ano consecutivo de restrição de gastos com passagens e diárias, não temos garantia que será possível contar com essa estratégia.

A novidade está por conta do Memorando Circular nº 14 Direx/Presi, de 16/3/2012, que expõe como que de menor importância as verificações “in loco” realizadas nos documentos de licitação e liquidação das despesas nas prefeituras, a cargo das equipes das superintendências, tornando ainda mais temerário a elaboração dos pareceres financeiros de aprovação das contas apresentadas.

O serviço de convênios ainda não tem um espaço adequado para desenvolver suas atividades, embora este espaço esteja sendo providenciado. Convêm esclarecer ainda que quanto às transferências na situação de inadimplência, estão sendo instauradas as Tomadas de Contas Especiais - TCE, após duas ou três tentativas de resolver as pendências de forma consensual com os municípios envolvidos.

7. REGISTROS ATUALIZADOS NO SISTEMA SIASG E SICONV

EM ANEXO

8. DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS

EM ANEXO

8.1 SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI 8.730/93.

QUADRO A.8.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

DETENTORES DE CARGOS E FUNÇÕES OBRIGADOS A ENTREGAR A DBR	SITUAÇÃO EM RELAÇÃO ÀS EXIGÊNCIAS DA LEI Nº 8.730/93	MOMENTO DA OCORRÊNCIA DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	7	6	21
	Entregaram a DBR	7	6	21
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Fonte: Controle Interno do Sereh Suest/SP.

8.2 Análise Crítica

É de responsabilidade do Serviço de Recursos Humanos a recepção, controle e guarda das DBR. É em papel, a forma de recepção das DBR e do formulário de autorização de acesso às informações constantes na base de dados da Receita Federal do Brasil. Não temos servidores que tenham acesso a essas informações. Não existe sistema informatizado para esse gerenciamento, não realizamos nenhum tipo de análise nas DBR e as referidas são guardadas em envelope lacrado, arquivadas em pastas específicas na área de RH, ficando à disposição dos órgãos de Controle Interno e Externo.

9. SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

EM ANEXO

10. INFORMAÇÕES QUANTO À ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

EM ANEXO

11. GESTÃO DE PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO.

Quadro A.11.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União.

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF SP (UJ 255025)		
	São Paulo	01	01
Subtotal Brasil		01	01
EXTERIOR	PAÍS 1	-	-
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
	PAÍS "n"	-	-
	cidade 1		
	cidade "n"		
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		01	01
Fonte:			

Observação: O imóvel acima indicado é referente ao utilizado pela sede da Suest-SP/Funasa no desenvolvimento de suas atividades institucionais, contudo, não se encontram nos arquivos do Setor de Patrimônio a documentação comprobatória da cessão de uso concedida pelo proprietário do imóvel que é o

QUADRO A.11.2 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS.

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF SP (UJ 255025)		
	município 1 - São Paulo (Casai/SP)	01	01
	município 2 – Registro (Pólo Base Registro)	01	01
	município 3 – Bauru (Pólo Base Bauru)	01	01
	município 4 – Peruíbe (Pólo Base Peruíbe)	01	01
	município 5 – Mongaguá (Pólo Base Mongaguá)	01	01
Subtotal Brasil		05	05
EXTERIOR	PAÍS 1	-	-
	cidade 1	-	-
	cidade 2	-	-
	cidade “n”	-	-
	PAÍS “n”		
	cidade 1	-	-
	cidade 2	-	-
cidade “n”	-	-	
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		05	05
Fonte:			

Observação: Os imóveis locados eram utilizados para atendimento das ações de Saúde Indígena no Estado de São Paulo, os mencionados nos campos “BRASIL – municípios 1 e 2” são imóveis com contratos findos quanto aos dos campos “BRASIL – municípios 3 a 5, foram sub-rogados à Sesai/MS – Dsei – Litoral Sul.

QUADRO A.11.3 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ.

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
255025	--	--	05	--	--	--	--	--
Total							--	--
Fonte:								

Observação: O imóvel acima indicado é referente ao utilizado pela sede da Suest-SP/Funasa no desenvolvimento de suas atividades institucionais, contudo, não se encontram nos arquivos do Setor de Patrimônio a documentação comprobatória da cessão de uso concedida pelo proprietário do imóvel que é o INSS/SP.

12. INFORMAÇÕES SOBRE GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

“NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”

“A SUEST NÃO TEM UMA ESTRUTURA FORMAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO. ESTA RESPONSABILIDADE É DA COMPETÊNCIA DA PRESIDÊNCIA DA FUNASA”

13. UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO

13.1 Despesas Com Cartão de Crédito Corporativo

Código da UG : 255025			Limite de Utilização da UG: R\$8.000,00/mês		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
SUSANA PRAT ESLAVA ZUMPANO	698.931.368-49	R\$1.500,00/mês	990,00	1.905,74	2.895,74
Total utilizado pela UG			990,00	1.905,74	2.895,74
Código da UG 2:			Limite de Utilização da UG:		
Total utilizado pela UG					
Total utilizado pela UJ					

Fonte:SIAFI

QUADRO A.13.2 – DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)

Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	(a+b)
2011	3	990,00	7	1.905,74	2.895,74
2010	7	581,29	10	10.049,92	10.631,21
2009	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-

Fonte: SIAFI

14. INFORMAÇÕES SOBRE RENÚNCIA TRIBUTÁRIA

“NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”

“A SUEST NÃO EXECUTA RENÚNCIA TRIBUTÁRIA, POIS A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA É DE RESPONSABILIDADE DA PRESIDÊNCIA DA FUNASA”

15. PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES DO TCU

EM ANEXO

15.1 DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO.

EM ANEXO.

**15.2 DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO
EM ANEXO**

15.3 RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

EM ANEXO

15.4 RECOMENDAÇÕES DO OCI PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO

EM ANEXO

16. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

EM ANEXO

17. INFORMAÇÕES SOBRE COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

“NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”

“ EM CONFORMIDADE COM O ANEXO II DA DN N.º 107-TCU, PARTE A – CONTEÚDO GERAL – QUADRO A1 – ITEM C”

18. INFORMAÇÕES SOBRE FUNDOS PARTIDÁRIOS

“NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”

“ EM CONFORMIDADE COM O ANEXO II DA DN N.º 107-TCU, PARTE A – CONTEÚDO GERAL – QUADRO A1 – ITEM C”

19. INFORMAÇÕES SOBRE FUNDOS CONSTITUCIONAIS

“NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”

“ EM CONFORMIDADE COM O ANEXO II DA DN N.º 107-TCU, PARTE A – CONTEÚDO GERAL – QUADRO A1 – ITEM C”

20. INDICADORES DE EMPENHO DO IFES

“NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”

“ EM CONFORMIDADE COM O ANEXO II DA DN N.º 107-TCU, PARTE A – CONTEÚDO GERAL – QUADRO A1 – ITEM C”

21. ANÁLISE DE SITUAÇÃO FINANCEIRA

“NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”

“ EM CONFORMIDADE COM O ANEXO II DA DN N.º 107-TCU, PARTE A – CONTEÚDO GERAL – QUADRO A1 – ITEM C”

22. REMUNERAÇÃO PARA ADMINISTRADORES DE EMPRESAS PÚBLICAS

“NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”

“ EM CONFORMIDADE COM O ANEXO II DA DN N.º 107-TCU, PARTE A – CONTEÚDO GERAL – QUADRO A1 – ITEM C”

23. CONTRATAÇÕES DE CONSULTORES NA MODALIDADE “PRODUTO”

“NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”

“ EM CONFORMIDADE COM O ANEXO II DA DN N.º 107-TCU, PARTE A – CONTEÚDO GERAL – QUADRO A1 – ITEM C”

24. INFORMAÇÕES A RESPEITO DA DESIMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS IMOBILIÁRIOS

“NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”

“ EM CONFORMIDADE COM O ANEXO II DA DN N.º 107-TCU, PARTE A – CONTEÚDO GERAL – QUADRO A1 – ITEM C”

25. CONCLUSÃO

A Superintendência Estadual da Funasa em São Paulo teve avanços consideráveis na área de Saúde Ambiental, 3 (três) fatores determinaram a atuação desta UJ, quais foram: a instalação física; a formação da equipe e a aquisição de equipamentos, materiais e insumos. Em todos os aspectos houve significativos avanços e os objetivos traçados foram alcançados. Contudo, para determinar a plena estruturação desse Serviço, há necessidade de implementos a serem empreendidos no exercício de 2012, ou seja, adequação de espaços físicos para estruturação da Unidade Regional de Controle da Qualidade da Água (URCQA) e o fortalecimento da equipe técnica para o enfrentamento de outras demandas e prioridades, que venham a corresponder eficazmente às competências atribuídas à área. Quanto à aquisição de materiais e insumos houve um grande passo, pois os processos de compras concluídos representam o primordial para a atuação logo no exercício de 2012.

Mantemos o avanço conquistado em 2010 e superamos novamente a meta de recursos humanos no que concerne à meta estabelecida de capacitação de servidores públicos federal, buscando com isso reciclar, capacitar e motivar antigos servidores bem como os novos concursados contratados no ano de 2009.

Com relação à DIESP-SP, no ano de 2011, teve atuação nas diversas frentes de trabalho inerentes ao setor. Foram realizadas ações para consecução dos objetivos de implementação do PAC 2, foram realizadas ações no sentido de agilizar a aprovação de projetos de exercícios anteriores, através do chamamento das proponentes a fim de elucidar pendências de projeto e providenciar adequações, quando necessário.

Para o exercício de 2012, a DIESP, tem como diretriz de trabalho, o Planejamento 2012 da Funasa Presidência, através do MS Project, a fim de que sejam desdobradas as ações que são de responsabilidade da Divisão de Engenharia de Saúde Pública (DIESP-SP). Podemos destacar, neste contexto, a continuidade das ações para aprovação de 6 projetos do PAC2, com prazo para conclusão em 16/04/2012, conforme Portaria Funasa 151 de 28/02/2012. Para subsidiar a contratação de elaboração de projetos do PAC2, foram realizadas visitas em 2012, 44 visitas a municípios selecionados na Portaria Funasa 481/2011.

Com a finalidade de dar andamento aos procedimentos para aprovação de projetos técnicos, liberação de parcelas e prestação de contas final, exceto PAC 2, foi definido que os engenheiros da DIESP-SP deverão sair para realizar visitas mensalmente, a não ser que outras atividades prioritárias sejam demandadas.

Na Administração da Suest/SP, tivemos avanços importantes como as Sub-rogações de 100% dos Contratos Continuados e Atas de Registro de Preços da FUNASA para a SESAI;

Foi realizada a Contratação de empresa para serviço de manutenção predial do prédio sede da FUNASA; Pregão Eletrônico para aquisição de equipamentos e materiais permanentes, como ar condicionado, aparelhos de fax, fragmentadora de papel, mobiliário, etc.; Foi efetuado o Controle rigoroso de pagamentos fora do prazo, eliminando-se com isso a inclusão de multas e juros nas faturas de água, luz, telefone, etc.;

Iniciou-se o processo de regularização do acervo patrimonial, objetivando a conclusão das doações de exercícios anteriores e desfazimento dos bens, na condição de antieconômicos e irrecuperáveis.

Também foram encontradas dificuldades ao longo do exercício de 2011, são elas:

Falta de recursos humanos quantitativo/qualitativo; Insuficiência de espaços físicos;

Mobiliários e outros equipamentos em situação precária e obsoletos, exceto de informática;


Instalações prediais precárias e obsoletas.

Há muito que se fazer em 2012, destacando algumas prioridades na área da Administração da Funasa, como o Planejamento das ações no âmbito da DIADM; Aquisição do Prédio Sede da FUNASA; Reforma geral do Prédio e Aquisição de equipamentos e mobiliários em geral, sempre objetivando o cumprimento da missão institucional.

DECLARAÇÃO

Eu, CONCEIÇÃO DE MARIA ALVES CARVALHO, CPF nº 392.193.203/87, Chefe do Serviço de Recursos Humanos, exercido na Superintendência Estadual da Funasa em São Paulo, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que estão sendo tomadas todas as medidas necessárias ao cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.

São Paulo, 05 de março de 2012.



CONCEIÇÃO M. ALVES CARVALHO

CPF: 392.193.203/87

Chefe do Serviço de Recursos Humanos

DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA


Denominação completa (UJ)	Código da UG
Superintendência Estadual da FUNASA no Estado de São Paulo	255025


Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, relativas ao exercício de 2011, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão. **EXCETO** no tocante a:

RESTRICAO	TITULO
004	FALTA E/OU ATRASO DE REMESSA RMA
008	SALDOS ALONGADOS CONTAS TRANS. ATIVO CIRCULAN
163	SLD.ALONGADOS CTAS TRANSITORIAS AT COMP.
203	SALDOS ALONGADOS CONTAS TRANSIT.PAS. CIRCUL.
470	DESPESA SEM AMPARO LEGAL
951	FALTA/RESTRICAO CONFORM. REGISTROS_GESTAO

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	Brasília-DF.	Data	25/01/2012
--------------	--------------	-------------	------------

Contador Responsável	 Evânice Camargo Cardoso	CRC nº	4763
-----------------------------	--	---------------	------


Ordenador de Despesas	 Assinatura: Raci Bezak
------------------------------	---

Raci Bezak
Superintendente Estadual
FUNASA - SUS SP

DECLARAÇÃO

Eu, ARGEMIRO DOS SANTOS, CPF nº 102.227.745/68, Chefe da Divisão de Administração, exercido na Superintendência Estadual da Funasa em São Paulo, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas no SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais.

São Paulo, 05 de março de 2012.



ARGEMIRO DOS SANTOS
CPF: 102.227.745/68
Chefe da Divisão de Administração

DECLARAÇÃO

Eu, GELZA ROSA DA COSTA, CPF nº 357.357.915/91, Chefe do Serviço de Convênios, exercido na Superintendência Estadual da Funasa em São Paulo, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

São Paulo, 05 de março de 2012.



GELZA ROSA DA COSTA
CPF: 357.357.915/91
Chefe do Serviço de Convênios

ANEXOS

15.1 DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

QUADRO A.15.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa: Fundação Nacional de Saúde					Código SIORG
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	020.273/2011-8	9975/2011			476423488
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Superintendência Estadual de São Paulo					
Descrição da Deliberação:					
<p>1.7.2. Adotar providências para que sejam feitas análises de todas as prestações de contas de convênios e ajustes congêneres e sejam obedecidos, criteriosamente, os prazos estabelecidos pelo art. 60 da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU 127, de 2008;</p> <p>1.7.4 Adotar as providências necessárias para cumprir o art. 56 da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU 127, de 2008.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Serviço de Convênios					
Síntese da providência adotada:					
<p>Fez gestão junto a Superintendência da Bahia, solicitando força tarefa para auxiliar a equipe local nas análises de prestação de contas;</p> <p>Elaborou relação dos convênios carente de Verificação “in loco” e já está implementando as ações;</p> <p>Solicitou junto ao Serviço de Recursos Humanos, a lotação de servidores no Serviço de Convênios;</p> <p>Foi realizada reunião junto a Diesp, expondo a necessidade das visitas técnicas visando a elaboração dos Pareceres Técnicos dos processos de prestação de contas, principalmente as parciais e finais, sob o prisma a Portaria 623/2010.</p>					
Síntese dos resultados obtidos					
<p>- Veio uma analista da Superintendência da Bahia que passou 10 dias e analisou 12 convênios;</p> <p>- Treinou em serviço uma servidora que já estava lotada no Secon, porém não capacitada para desempenhar a função de analista;</p> <p>- Houve verificação in loco em 4 convênios como resultado da proposta elaborada pelo Secon, por conta do Acórdão e elaboração da programação de verificação “in loco” dos convênios para o ano de 2012.</p>					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
<p>A vinda da Força tarefa para auxiliar a equipe local;</p> <p>A disposição do Superintendente em negativar o passivo de prestação de contas, solicitando que seja priorizada;</p> <p>A disponibilidade de viatura, motorista e diversos recursos para as verificações in loco;</p> <p>Pontos negativos:</p> <p>Falta de recursos humanos capacitados para o desempenho das atividades de análise de prestação de contas;</p> <p>Sobrecarga dos servidores da área de convênios, resultando uma demanda represada de prestação de contas para análise;</p> <p>Limitação na quantidade de diárias para cada servidor que realizará as fiscalizações ‘in loco’.</p>					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
		9975/2011	1.7.1		
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação:					
Atender à recomendação da CGU no sentido de priorizar a elaboração de programação de visitas técnicas junto à área de Engenharia de forma a emitir pareceres técnicos pendentes nos processos de prestação de contas;					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Divisão de Engenharia de Saúde Pública - DIESP					
Síntese da providência adotada:					
Elaboração da programação de visitas técnicas					
Síntese dos resultados obtidos					
Foram realizadas, ao longo de 2011, 42 visitas de acompanhamento de convênios, para ações relacionadas à liberação de parcelas e prestação de contas final, de convênios dos anos de 2008 a 2003.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
As convenientes, especialmente em relação aos convênios mais antigos, são muito morosas na apresentação de documentos solicitados para subsidiar o parecer técnico de execução das obras, prejudicando a finalização destes pareceres, a fim de que se obtenha um resultado, ou seja, a aprovação da prestação de contas final, ou a liberação de parcelas.					

A.15.1.1

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde – Funasa					2207
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	020.273/2011-8	9975/2011	1.6.1	DE	Ofício 2890/2011-TCU/SECEX –SP de 07/12/2011
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Superintendência Estadual de São Paulo – Funasa/Suest-SP					53873
Descrição da Deliberação:					
<p>1.6. Determinar:</p> <p>1.6.1. À SUEST/SP/FUNASA que, no prazo de 60(sessenta) dias, comprove perante este Tribunal que o contrato de limpeza e conservação atualmente vigente obedece aos limites estabelecidos pela Portaria/SLTI/MP 19, de 10 de maio de 2011, ou comprove a instauração de pregão eletrônico para substituir o referido contrato, caso este infrinja os limites mencionados, incluindo no edital do pregão a exigência de atendimento aos valores limites para a contratação de serviços de limpeza e conservação estabelecidos pela referida portaria ou pelo ato normativo que vier a substituí-la.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Divisão de Administração – DIADM - SP Seção de Recursos Logísticos – SALOG - SP					
Síntese da providência adotada:					
<p>Por meio do Processo nº 25290.005.133/2010-65, foi realizado o Pregão Eletrônico nº 03/2011, em 27/04/2011, no qual sagrou-se vencedora a empresa Presta Serviços Técnicos Ltda., CNPJ nº 10.446.523/0001-10, pelo valor global anual de R\$73.984,42 (Setenta e três mil, novecentos e oitenta e quatro reais e quarenta e dois centavos), com o fornecimento de todo material de higiene e limpeza, EPI's e demais equipamentos.</p>					
Síntese dos resultados obtidos					
<p>No caso desta contratação foram obedecidos os limites estabelecidos na Portaria SLTI/MPOG nº 16, de 16 de agosto de 2010, tendo em vista que a Portaria nº 19, de 10 de maio de 2011, ainda não havia sido publicada quando da realização desta licitação.</p> <p>Pela Portaria nº 19, o total global anual seria de R\$89.674,08 (Oitenta e nove mil, seiscentos e setenta e quatro reais e oito centavos), somente para a mão-de-obra.</p>					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
<p>Como fator positivo destacamos que a SUEST/SP/FUNASA já estava adequada à determinação requerida.</p>					

A.15.1.2

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde – Funasa					2207
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	020.273/2011-8	9975/2011	1.7.5	RE	Ofício 2890/2011-TCU/ SECEX –SP de 07/12/2011
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Superintendência Estadual de São Paulo – Funasa/Suest-SP					53873
Descrição da Deliberação:					
1.7. Medidas: dar ciência à SUEST/SP/FUNASA quanto à necessidade de implementar: 1.7.5. cumprir o artigo 24 do Decreto 93.872, de 23 de dezembro de 1986, c/c o artigo 60 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, evitando a realização de despesas sem prévio empenho.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Divisão de Administração – DIADM - SP					
Síntese da providência adotada:					
A recomendação foi acatada e implementada pela Divisão de Administração da SUEST/SP/FUNASA.					
Síntese dos resultados obtidos					
Evitar a realização de despesas sem prévio empenho.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Como fator positivo destacamos a adequação à legislação pertinente.					

15.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

Quadro A.15.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício.

A.15.2.1

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde – Funasa					2207
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	020.273/2011-8	9975/2011	1.7.6	RE	Ofício 2890/2011-TCU/ SECEX –SP de 07/12/2011
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Superintendência Estadual de São Paulo – Funasa/Suest-SP					53873
Descrição da Deliberação:					
1.7. Medidas: dar ciência à SUEST/SP/FUNASA quanto à necessidade de implementar: 1.7.6. adotar medidas com vista à incorporação e tombamento patrimonial de todos os bens móveis do órgão, especialmente dos veículos pertencentes à frota da Superintendência e daqueles adquiridos por meio do Pregão 20, de 25/7/2008, bem como mantenha relatório pormenorizado acerca da existência de termos de responsabilização pela guarda de todos os bens móveis.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Divisão de Administração – DIADM - SP – Setor de Patrimônio – SOPAT - SP					
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Os bens adquiridos por meio do Pregão n. 20/2008 foram conferidos e emplaquetados, tendo sido os trabalhos concluídos em agosto/2010, como consta do Procedimento Administrativo Suest-SP n. 25290.004.116/2010-19. Quanto aos termos de Responsabilidade pela Guarda dos Bens não constam registros de tais documentos no acervo da época. Contudo, vale esclarecer que o Setor de Patrimônio da Suest-SP desde de fevereiro de 2011 passa por reestruturação, tendo sido necessária a realização de inventário inicial para início de sua Gestão. Com o advento da transição da Saúde Indígena para a Secretaria Especial de Saúde do Índio/MS, haja visto que não há Termos de Responsabilização de carga de bens patrimoniais ratificados por seus responsáveis, neste caso a Saúde Indígena no Estado de São Paulo. Este trabalho será concluído pelo Grupo de Trabalho responsável pela transição da carga dos bens móveis que serão alienados por Doação este trabalho tem até 28 de junho de 2012 para estar concluído (Portaria/MS n. 76, de 12/01/2012), e o indicativo de passivo para logística de recolhimento e processo de desfazimento.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Fator positivo: Servidores comprometidos com a demanda. Fator negativo: Ausência de Termos de Responsabilidade assinado pela área indígena, pelo fato dos bens serem para uso de Comunidade Indígena localizada no Estado de São Paulo.					

A.15.2.2

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde – Funasa					2207
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	020.273/2011-8	9975/2011	1.7.7	RE	Ofício 2890/2011-TCU/ SECEX –SP de 07/12/2011
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Superintendência Estadual de São Paulo – Funasa/Suest-SP					53873
Descrição da Deliberação:					
1.7. Medidas: dar ciência à SUEST/SP/FUNASA quanto à necessidade de implementar: 1.7.7. regularizar a transferência dos veículos de placas, NHZ-3203, NHZ-9184, NIA-0594, JKH-5381, JGC-7481, JHN-5613, JHN-5623, JHN-5633, JJE-8931, MDT-1702, MDT-1612 e JFO-5086 para o patrimônio da SUEST/SP.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Divisão de Administração – DIADM - SP Setor de Transportes – SOTRA - SP					
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Os processos de transferência não foram concluídos tendo em vista a necessidade de atender plenamente a regularização de documentação, pendência de multas, vistoria e outras demandas junto ao Detran/SP.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Como fator positivo destacamos que no decorrer de 2012, a regularização será providenciada, visando a transferência da maioria dos veículos apontados que são de uso ao atendimento da saúde indígena para o patrimônio da SESAI/DSEI-Litoral Sul/MS.					

A.15.2.3

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde – Funasa					2207
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	020.273/2011-8	9975/2011	1.7.8	RE	Ofício 2890/2011-TCU/ SECEX –SP de 07/12/2011
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Superintendência Estadual de São Paulo – Funasa/Suest-SP					53873
Descrição da Deliberação:					
1.7. Medidas: dar ciência à SUEST/SP/FUNASA quanto à necessidade de implementar: 1.7.8. realizar estudos quanto ao estado de conservação, necessidade e utilidade de todos os seus veículos, avaliando a conveniência e oportunidade da adoção de medidas para o desfazimentos daqueles considerados inservíveis.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Divisão de Administração – DIADM - SP Setor de Patrimônio – SOPAT – SP					
Justificativa para o seu não cumprimento:					
No exercício de 2011 foi constituída Comissão Especial de Processo de Avaliação e Desfazimento de Bens de Materiais. No decorrer dos trabalhos foram entregues pelo Setor de Transportes da Suest-SP, 25 veículos para desfazimento classificados como inservíveis. Desse total foram autorizados pela Administração da Suest-SP, diante da conclusão dos trabalhos da Comissão, a instrução de procedimentos administrativos para alienação de 15 veículos por doação, cujos procedimentos encontram-se em situação de sobrestamento pelo calendário eleitoral. Os demais, aguardam orientações para início de procedimento de alienação por leilão.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Os trabalhos de desfazimento abrangendo a totalidade de todas as suas etapas para o devido cumprimento das legalidades previstas na legislação são fatores que exigem trabalhos de detalhamentos e zelo com a coisa pública, e não pode ser realizado sem os devidos cuidados e esgotamento de buscas e identificação de materiais cujas plaquetas se perderam ao longo dos anos, acrescendo-se a isso o desgaste natural pelo uso e sua destinação qual seja os bens são utilizados em áreas indígenas do Estado de São Paulo. Tudo isso, associado à necessidade de reestruturação mecânica e orgânica do Setor de Patrimônio geram a necessidade de se buscar as informações documentais muitas vezes desde o seu início, ocasionando o ponto crítico negativo para celeridade de processos de alienação dos bens da instituição.

.15.2.4

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde – Funasa					2207
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	020.273/2011-8	9975/2011	1.7.9	RE	Ofício 2890/2011-TCU/ SECEX –SP de 07/12/2011
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Superintendência Estadual de São Paulo – Funasa/Suest-SP					53873
Descrição da Deliberação:					
1.7. Medidas: dar ciência à SUEST/SP/FUNASA quanto à necessidade de implementar: 1.7.9. adotar controle dos veículos cedidos a Estados e Municípios e regularizar doações de bens que se enquadrem nas situações previstas na Portaria 1.968, de 23 de agosto de 2006, do Ministério da Saúde.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Divisão de Administração – DIADM - SP Setor de Patrimônio – SOPAT – SP					
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Foi realizado diagnóstico dos procedimentos existentes no Setor de Patrimônio que carecem de finalização. A situação encontrada exige análises adequadas dos bens que há tempos estão distribuídos pelo Estado de São Paulo e também em outros Estados. O Detran/SP, encaminhou os registros de todos os veículos cuja propriedade são da Funasa/SP no final do exercício de 2011. A partir de então, iniciou-se um trabalho de busca de documentos físicos e contábeis que possam subsidiar na proposição de solução da demanda.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Fatores negativos: Necessidade de medidas saneadoras nos procedimentos de doação existentes e que carecem de solução de continuidade, pois Termos de Cessão estão com seus prazos expirados, ou seja, é necessário que documentos sejam atualizados desde o início, por exemplo, os termos das vistorias dos veículos cedidos, o que faz com que um procedimento praticamente seja iniciado a este tempo e percorra todo fluxo de documentação e autorizações novamente.					

INDICADORES DE SANEAMENTO AMBIENTAL

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de Cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área Responsável pelo Indicador	Resultado 2011	Resultado 2010		
Percentual de execução física de obras de abastecimento de água com recursos do PAC (*) (*) Acumulado - 2007 a 2009. (Parâmetro de verificação: Portaria 544)	Medir a execução física das obras do PAC	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de obras de abastecimento de água com percentual de conclusão } < 30\%}{\text{N}^\circ \text{ de obras programadas nos TC celebrados}} \times 100$	<table border="1"> <tr><td>4</td></tr> <tr><td>16</td></tr> </table>	4	16	Eficácia	Sigesan e Siscon Siafi	Relatórios do Sigesan; Parecer Técnico de visita de acompanhamento (Diesp e Sensp)	Densp Depin Suest	25%	7,32%
		4									
		16									
$\frac{\text{N}^\circ \text{ de obras de abastecimento de água com percentual de conclusão } \geq 70\% \text{ e } < 100\%}{\text{N}^\circ \text{ obras programadas nos TC celebrados}} \times 100$	<table border="1"> <tr><td>2</td></tr> <tr><td>16</td></tr> </table>	2	16	13%	4,88%						
2											
16											
$\frac{\text{N}^\circ \text{ de obras de abastecimento de água concluídas}}{\text{N}^\circ \text{ de obras programadas nos TC celebrados}} \times 100$	<table border="1"> <tr><td>0</td></tr> <tr><td>16</td></tr> </table>	0	16	0%	0%						
0											
16											
Percentual de execução física de obras de esgotamento sanitário com recursos do PAC (*) (*) Acumulado - 2007 a 2009. (Parâmetro de verificação: Portaria	Medir a execução física das obras do PAC	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de obras de esgotamento sanitário com percentual de conclusão } < 30\%}{\text{N}^\circ \text{ de obras programadas nos TC celebrados}} \times 100$	<table border="1"> <tr><td>0</td></tr> <tr><td>10</td></tr> </table>	0	10	Eficácia	Sigesan e Siscon Siafi	Relatórios do Sigesan; Parecer Técnico de visita de acompanhamento	Densp Depin Suest	0%	11,11%
		0									
		10									
	<table border="1"> <tr><td>1</td></tr> </table>	1	10%	5,56%							
1											

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de Cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área Responsável pelo Indicador	Resultado 2011	Resultado 2010			
544)		$\frac{\text{N}^\circ \text{ de obras de esgotamento sanitário com percentual de conclusão } \geq 70\% \text{ e } < 100\%}{\text{N}^\circ \text{ obras programadas nos TC celebrados}} \times 100$ $\frac{\text{N}^\circ \text{ de obras de esgotamento sanitário concluídas}}{\text{N}^\circ \text{ de obras programadas nos TC celebrados}} \times 100$	<table border="1"> <tr><td>10</td></tr> <tr><td>1</td></tr> <tr><td>10</td></tr> </table>	10	1	10			ento (Diesp e Sensp)		10%	5,56%
10												
1												
10												
Percentual de aldeias com sistema de abastecimento de água implantado com recursos do PAC (*) (*) Acumulado – 2007 a 2009 OBS.:Será por Core – definido em reunião com técnicos do Densp em 08.10.09	Medir o percentual de de aldeias com sistema de abastecimento de água implantados com recursos do PAC	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de aldeias com SAA} (*)}{\text{Total de aldeias previstas nos 4 anos do PAC}} \times 100$	<table border="1"> <tr><td>9</td></tr> <tr><td>12</td></tr> </table>	9	12	Eficácia	Planilha de acompanhamento de obras. Visita de acompanhamento de obras	Planilha Acompanhamento de obras (Densp) E visita de acompanhamento de obras (Diesp)	DENSP Suest	75%	46,43%	
9												
12												
Percentual de aldeias com tratamento de água implantado com recursos do PAC (*) (*)Acumulado – 2007 a 2009)	Aferir o percentual de aldeias com tratamento de água implantado com recursos do PAC	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de aldeias com SAA com tratamento de água implantado}}{\text{Total de aldeias com SAA implantado com recursos do PAC}} \times 100$	<table border="1"> <tr><td>8</td></tr> <tr><td>9</td></tr> </table>	8	9	Eficácia	Planilha de acompanhamento em excel visita de acompanhamento de obras	Planilha de Acompanhamento (Densp) E visita de acompanhamento de obras (Diesp)	DENSP Suest	89%	39,29%	
8												
9												

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de Cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área Responsável pelo Indicador	Resultado 2011	Resultado 2010
Percentual de sistemas de Abastecimento de água, em aldeias, com monitoramento da qualidade da água para consumo humano *	Medir o percentual de sistemas de abastecimento de água monitorado	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de sistemas de abastecimento de água em área indígena monitorado}}{\text{Total de sistemas de abastecimento de água em área indígena com tratamento}} \times 100$	7 14	Eficácia	Planilha de acompanhamento Programação de acompanhamento	Planilha Acompanhamento (Densp) E visita de acompanhamento (Diesp)	DENSP Suest	50%	18,18%
Percentual de comunidades remanescentes de quilombo com SAA implantado com recursos do PAC (* Acumulado – 2007 a 2009)	Verificar o percentual de comunidades remanescentes de quilombo com SAA implantado	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de comunidades remanescentes de quilombo com SAA implantado (*)}}{\text{total de comunidades remanescentes de quilombo programadas nos 4 anos do PAC}} \times 100$	0 6	Eficácia	Relatório Consolidado de atividades (Densp) Planilha de acompanhamento (Diesp)/Sens p) Programação do PAC	Planilha Acompanhamento (Densp) E visita de acompanhamento (Diesp/Sensp)	DENSP Suest	0%	0%
Percentual de domicílios com Melhorias Sanitárias Domiciliares implantadas com recursos do PAC (RA ajustado) (* Acumulado – 2007 a 2009)	Verificar o percentual de domicílios com Melhorias Sanitárias Domiciliares implantadas	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de domicílios com MSD implantado (*)}}{\text{N}^\circ \text{ de domicílios programados nos 4 anos PAC}} \times 100$	152 555	Eficácia	Programação do PAC Sigesan	Relatório gerado do Sistema Programação do PAC	DENSP/Suest	27%	0%
Percentual de domicílios com Melhoria Habitacional para o Controle da Doença de Chagas realizada com recursos do PAC (* Acumulado – 2007 a	Aferir o percentual de domicílios com Melhoria Habitacional para o Controle da Doença de Chagas realizada	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de domicílios com MHCDC realizada (*)}}{\text{N}^\circ \text{ de domicílios programados nos 4 anos PAC}} \times 100$		Eficácia	Programação do PAC Sigesan	Relatório gerado do Sistema Programação do PAC	DENSP/Suest	N.A.	N.A.

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de Cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área Responsável pelo Indicador	Resultado 2011	Resultado 2010
2009									

N.A. – Não aplicável (a SUEST-SP não executa ações de mhcdc)

QUADRO A.15.3 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

A. 15.3.1

RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO - CGU/PR**ACOMPANHAMENTO DAS RESPOSTAS PRELIMINARES DO RELATÓRIO DE AUDITORIA - RA (PLANO DE PROVIDÊNCIAS PERMANENTE)**

IDENTIFICAÇÃO DO RA: Nº : 201108837

COMUNICAÇÃO EXPEDIDA:

(ITEM DO RA): CONSTATAÇÃO	DESCRIÇÃO DA RECOMENDAÇÃO	UNIDADE	RESPOSTA DA UNIDADE
2.1.1.5 - Existência no SIAFI de Registros correspondentes a transferências classificadas na situação "A APROVAR" com mais de 60 dias de recebimento da respectiva prestação de contas.	Proceder à análise de todos as prestações de contas já apresentados e observar os prazos estabelecidos pela IN 01/97 para as prestações de contas que vierem a ser apresentadas.	SECON	<p>1) Foi Elaborada planilha de controle de entrada de prestação de contas , a qual está sendo utilizada;</p> <p>2) Foi solicitada a lotação de servidores no setor e até agora temos duas servidora no Setor de Habilitação e uma no setor de prestação de contas de convênios e uma na chefia do serviço de convênios ;</p> <p>3 Todos os processos de prest. contas já receberam algum tipo de atenção, ou seja, análise parcial para notificação, notificação, informação no Siafi para correção de vovres,etc;</p> <p>4) Quanto aos convênios com vigência expirada, estamos priorizando, notificando e encaminhando para a DIESP para emissão de parecer técnico, informando da real situação de cada um e solicitando prioridade;</p> <p>5) Foi solicitada uma força tarefa, composta por 1 servidor, para regularizar a situação dos convenios. O servidor permaneceu na Suest-SP por 15 dias e resolveu 20 % dos processos que estavam pendentes de análise financeira, quanto os demais estamos aguardando os pareceres técnico;</p> <p>Quanto ao nº atualizado de convenios na situação "A APROVAR", temos hoje um total de 76 convenios, conforme apresentados abaixo:</p> <p>1) - Falta Parecer Técnico em 63 convenios;</p> <p>2) Falta Parecer Financeiro em 11 Convenios;</p> <p>3) Sem Execução ou em fase de Licitação 06 convênios;</p> <p>4) Solicitado Instauração de TCE para 02 convenio.</p>
2.1.1.6 - Existência no SIAFI de registros correspondentes a transferências classificadas na situação "A COMPROVAR" com vigência expirada.	Proceder a verificação do cumprimento do objeto por parte dos convenetes e adotar as medidas necessárias ao ressarcimento de valores ao erário, inclusive instaurando Tomada de Contas Especial, nos casos de não comprovação da adequada execução.		01- Há quatro convênios nesta situação, dos quais dois foram notificados a apresentar a prestação de contas , conforme Ofícios nº 246 e 247 (municipios de Redenção da Serra e Saltinho/SP e os municipios de Colombia e Stª C. das Palmeiras (ainda estão no do prazo para apresentar prestação de contas); O Serviço de Convênios está atento a ocorrências de situações que ensejam a instauração de TCE.

Justificativa para o não cumprimento na íntegra		1. Carência de servidor e de servidor capacitado para análise e elaboração dos pareceres, embora a Suest-SP, tenha convocado força tarefa de outras superintendências durante o ano de 2011, os processos continuam com pendências devido a ausência de parecer da engenharia;
		2. Carência de servidores no serviço de convênios, repercutindo na falta de pareceres técnicos nos processos de prestação de contas;
		3. Os poucos servidores que estão no setor estão sobrecarregados, não sendo possível atender 100% da demanda do Secon/Suest-SP.
		PARA 2012
Dificuldades		1. Contamos com 04 servidores, porém ainda insuficiente para atender a demanda da Suest-SP;
		2. Temos equipamentos de informática suficiente para os servidores lotados no Secon;
		3. Embora contando com o comprometimento e esforço da Equipe do Serviço Convênio não está sendo possível o atendimento dos prazos estabelecidos pela IN 01/97 e demais instrumentos de Convênios.
		4. Já solicitamos uma força -tarefa para auxiliar a equipe local nas análises das prestação de contas de convênios.
		1 - Espaço adequado para estruturação do Serviço de Convênios;
		2. Carência de Veículos para as verificações "in loco".

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde – Funasa			2207
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201108837	2.1.1.4	Ofício nº 31.876/2011/CGU-SP/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Superintendência Estadual de São Paulo – Funasa/Suest-SP			53873
Descrição da Recomendação:			
2.1.1.4. A Unidade não adota de forma integral critérios de sustentabilidade ambiental na sua gestão e em seus processos licitatórios.			
Nº Constatação: 021 – Nº Recomendação: 001			
Observar, em seus processos licitatórios, o que está disposto na IN SLTI 01/2010, de 19/01/2010, relativo a critérios de sustentabilidade ambiental.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Divisão de Administração – DIADM – SP Seção de Recursos Logísticos – SALOG - SP			
Síntese da providência adotada:			
Nos processos licitatórios deflagrados a partir do exercício de 2011, que envolvem o fornecimento ou uso de materiais ou serviços com possibilidade de agredirem o meio ambiente, foram incluídas cláusulas requerendo as práticas, comprovações e responsabilidades dos fornecedores com a sustentabilidade na forma preconizada na referida Instrução Normativa.			
Síntese dos resultados obtidos			
Critérios de sustentabilidade ambiental sendo aplicados de forma efetiva.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Como fator positivo destacamos que a SUEST/SP/FUNASA já estava adequando seus processos à recomendação requerida.			

A.15.3.2

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde – Funasa			2207
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	201108837	2.1.1.6	Ofício nº 31.876/2011/CGU-SP/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Superintendência Estadual de São Paulo – Funasa/Suest-SP			53873
Descrição da Recomendação:			
2.1.1.6. Ausência de registros de imóveis locados de terceiros no SPIU Net. Nº Constatação: 024 – Nº Recomendação: 001 Efetuar o registro dos imóveis locados de terceiros no SPIU Net.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Divisão de Administração – DIADM – SP Setor de Patrimônio – SOPAT - SP			
Síntese da providência adotada:			
Os trâmites para o cadastramento da UG Suest-SP/Funasa como usuária do Sistema SPIU Net perante a Gerência Regional do Patrimônio da União - GRPU de São Paulo, ainda estão sendo formalizados. A totalidade dos imóveis locados de terceiros que estavam sob responsabilidade da Funasa/Suest-SP atendiam exclusivamente a Saúde Indígena. Por força do Decreto nº 7.336, de 19/10/2010, Decreto nº 7.461 de 18/04/2011 e Decreto nº 7.530, de 21/07/2011, este último definiu o dia 31 de dezembro de 2011, como a data final para o processo de transição. Diante, disto os referidos Contratos destes imóveis locados foram encerrados ou sub-rogados ao DSEI Litoral Sul/SESAI/MS, UASG 257048.			
Síntese dos resultados obtidos			
Demanda foi finalizada para a SUEST/SP/FUNASA em 31/12/2011.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Transferência da responsabilidade para a SESA/MS.			

A.15.3.3

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde – Funasa			2207
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	201108837	2.1.1.7	Ofício nº 31.876/2011/CGU-SP/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Superintendência Estadual de São Paulo – Funasa/Suest-SP			53873
Descrição da Recomendação:			
<p>2.1.1.7. Prazo de validade expirado de contrato de imóvel sendo locado pela UJ. Nº Constatação: 025 – Nº Recomendação: 001 Tomar as devidas providências para a regularização da locação do imóvel em questão. Pólo Base de Registro.</p>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Divisão de Administração – DIADM – SP Seção de Recursos Logísticos – SALOG - SP			
Síntese da providência adotada:			
<p>A totalidade dos imóveis locados de terceiros que estavam sob responsabilidade da Funasa/Suest-SP atendiam exclusivamente a Saúde Indígena. Por força do Decreto nº 7.336, de 19/10/2010, Decreto nº 7.461 de 18/04/2011 e Decreto nº 7.530, de 21/07/2011, este último definiu o dia 31 de dezembro de 2011, como a data final para o processo de transição. Diante, disto os referidos Contratos destes imóveis locados foram encerrados ou sub-rogados ao DSEI Litoral Sul/SESAI/MS, UASG 257048.</p>			
Síntese dos resultados obtidos			

Demanda foi finalizada para a SUEST/SP/FUNASA em 31/12/2011.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Transferência da responsabilidade para a SESAI/DSEI-LSUL/MS.

15.4 RECOMENDAÇÕES DO OCI PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO

QUADRO A.15.4 - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

A.15.4.1

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Nacional de Saúde – Funasa			2207
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201108837	2.1.1.1	Ofício nº 31.876/2011/CGU-SP/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Superintendência Estadual de São Paulo – Funasa/Suest-SP			53873
Descrição da Recomendação:			
<p>2.1.1.1. Contratação de serviços de limpeza por valores acima dos estabelecidos em norma. Nº Constatação: 003 – Nº Recomendação: 001 Promover o ressarcimento de R\$24.719,83, pagos acima do limite máximo estabelecido na Portaria/SLTI/MP nº 02, de 08/04/2009, referente ao exercício de 2010.</p>			

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Divisão de Administração – DIADM – SP Seção de Recursos Logísticos – SALOG - SP	
Justificativa para o seu não cumprimento:	
<p>Relativo às informações sobre os procedimentos adotados para o atendimento deste item do relatório da CGU, que indica que no Pregão Eletrônico nº15/2009, não foi observado pela Suest/SP os limites definidos na Portaria SLTI/MP nº 2, de 08/04/2009, temos a esclarecer os fatos conforme segue:</p> <p>a) Trata-se da Contratação de empresa especializada, com pessoal próprio e qualificado, para a execução de serviços de limpeza e conservação predial, com o fornecimento de todo material de higiene e limpeza, EPI's e demais equipamentos.</p> <p>b) No caso desta contratação, inclui o fornecimento de “materiais de consumo de higiene e limpeza e os equipamentos permanentes” necessários à execução dos serviços; assim, a mesma foi com base no Artigo 2º da Portaria nº 02, de 8 de abril de 2009, que determina: <i>“Art. 2º Os valores limites estabelecidos nesta Portaria consideram apenas as condições ordinárias de contratação, não incluindo necessidades excepcionais na execução do serviço que venham a representar custos adicionais para a contratação. Existindo tais condições, estas poderão ser incluídas nos preços das propostas, de modo que o seu valor final poderá ficar superior ao valor limite estabelecido. Entretanto, descontando-se o adicional, o valor proposto deve estar dentro do valor limite estabelecido, sob pena de desclassificação.”</i></p> <p>c) Desta forma temos que quando excluído da “Proposta de Preços” apresentada pelo fornecedor, os valores contidos no “Item II-Insumos de Mão-de-obra”, relativos a “Outros (Materiais de Limpeza) – R\$363,64” e “Outros (Equipamentos) – R\$83,95”; ou seja, os valores adicionais, o valor da proposta situa-se abaixo do valor limite estabelecido na Portaria.</p> <p>d) Conforme pudemos verificar, houve uma falha no cálculo do fornecedor, detectada na “Proposta de Preços”, no Anexo II-C, Quadro “Esquadria Externa-Face Interna/Externa”, que quando do cálculo da Coluna (4), o índice relativo ao Encarregado, permaneceu com o índice do Servente; ou seja, ao invés de $-(1/(30*220)*16*191,4 = 0,000013)$-, ficou com $-(1/220*16*191,4 = 0,000380)$, elevando o custo do metro quadrado de R\$0,54 (cinquenta e quatro centavos de real) para R\$1,12 (hum real e doze centavos).</p> <p>e) Da mesma forma, que os demais custos sem a inclusão dos materiais e equipamentos, o valor de R\$0,54 (cinquenta e quatro centavos de real) para o metro quadrado de “Esquadria externa”, quando for regularizado, estará abaixo do limite máximo de R\$0,66(sessenta e seis centavos de real) por metro quadrado.</p> <p>f) Aplicando se os valores corretos do metro quadrado aos 276,35m² de área, temos uma diferença Mensal calculada a maior de R\$160,28 [R\$309,51 – R\$149,23] (cento e sessenta reais e vinte e oito centavos) no valor do Contrato.</p> <p>g) O Contrato teve sua vigência até 19/04/2011, restando ainda valores devidos ao Fornecedor por conta das diferenças apuradas em razão das Repactuações da CCT2010 e parte de 2011. Assim, serão apuradas todas as diferenças desde o início do contrato, visando a recuperação de valores que estiverem sendo pagos a maior ou, efetuando o pagamento se o saldo final for a favor do fornecedor.</p>	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
- Necessidade de treinamento de servidores (recém contratados), visando o conhecimento em planilhas de cálculo que envolvem mão-de-obra e insumos e a repactuações de contratos, para apurar as diferenças visando encerrar a demanda.	

A.15.4.2

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:		Código SIORG	
Fundação Nacional de Saúde – Funasa		2207	
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	201108837	2.1.1.5	Ofício nº 31.876/2011/CGU-SP/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG	
Superintendência Estadual de São Paulo – Funasa/Suest-SP		53873	
Descrição da Recomendação:			
2.1.1.5 Restos a Pagar de exercícios anteriores a 2010 necessitando providências para regularização de sua situação. Nº Constatação: 023 – Nº Recomendação: 001 Cuidar para que os prazos propostos sejam cumpridos, bem como definir prazos para a regularização de situações em que o mesmo não foi definido.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação		Código SIORG	
Divisão de Administração – DIADM – SP			
Justificativa para o seu não cumprimento:			
-Saldo em 31/12/2010 de valores inscritos em 2007, todas as demandas foram finalizadas em 2011. - Saldo em 31/12/2010 de valores inscritos em 2008 e 2009, restam casos pendentes de regularização			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
- Como fatores negativos, temos o não atendimento por parte dos Fornecedores das solicitações visando regularizar em sua maioria a documentação legal pertinente ao processo. Também, há casos em que os processos administrativos estão em vias de serem instaurados ou em andamento, impedindo a finalização da demanda até a conclusão da decisão do Ordenador de Despesas/Superintendente Estadual.			

- Como fator positivo, para as regularizações ocorridas no decorrer de 2011, citamos o atendimento das solicitações e comprometimento dos Fornecedores.

2.3.2 RESUMO DA EXECUÇÃO FÍSICA DAS SUBAÇÕES REALIZADAS PELA UJ

QUADRO A.2.2 – RESUMO EXECUÇÃO FÍSICA DAS SUBAÇÕES

A UJ NÃO FAZ O ACOMPANHAMENTO DE EXECUÇÃO FINANCEIRA DA SUBAÇÃO, UMA VEZ QUE SUA PROGRAMAÇÃO RECAI SOBRE CUSTEIO E A SUA APLICAÇÃO SE REALIZA DE FORMA COMPARTILHADA COM OUTRAS SUBAÇÕES.

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo	Prioridade	Subação	Descrição da Meta	Produto	Un. medida	Execução Física		Execução Financeira	
										Meta Prevista	Meta Realizada	Meta Prevista	Meta Realizada
SAÚDE AMBIENTAL													
10	512	0122	20AF	A	3	Apoio ao controle da qualidade da água para consumo humano	Realizar 2 visitas de acompanhamento ao consórcio intermunicipal de saneamento básico do circuito das águas paulista para apoiar as ações de controle da qualidade da água para consumo humano.	Visitas realizadas	unid	2	2		
							Adquirir uma Unidade Móvel de Apoio ao Controle da Qualidade da Água para possibilitar a estruturação da área na Suest.	Unidade móvel adquirida	Unid	1	1		

						Realizar ciclo de palestras para divulgação das ações relacionadas ao Apoio ao Controle da Qualidade da Água para Consumo Humano.	Palestras realizadas	Unid	2	2			
						Apoiar as ações de controle e monitoramento da qualidade da água para consumo humano nos sistemas de abastecimento de água das aldeias indígenas e demais áreas de interesse do Governo.	Aldeias apoiadas	unid	2	2			
10	541	0122	6908	A	3	Fomento à educação em saúde ambiental	Assessorar 19 municípios beneficiados com ações de saneamento básico, contemplados com recursos do PAC na implantação e/ou implementação de ações de educação em saúde ambiental.	Município assessorado	Unid	19	15		
							Apoiar tecnicamente 11	Município apoiado	Unid	11	11		

							<p>municípios, por meio do Núcleo Intersetorial de Cooperação Técnica (NICT), na elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB)</p>						
							<p>Apoiar 31 projetos de coleta e reciclagem de materiais (cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis), conveniados com a Funasa em ações de educação em saúde ambiental.</p>	Projeto apoiado	Unid	31	31		

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo	Prioridade	Subação	Descrição da Meta	Produto	Un. medida	Execução Física		Execução Financeira	
										Meta Prevista	Meta Realizada	Meta Prevista	Meta Realizada
GESTÃO													
10	128	0016	4572	A	3	Capacitação de servidores públicos federais em exercício na Suest/SP.	Capacitar servidores públicos federais em exercício na Suest/SP.	Nº de Servidor	Servidor Capacitado	40	47	-	-
10	128	0016	4572	A	3	Capacitação de servidores públicos federais em exercício na Suest/SP.	Apoiar e promover a participação de servidores públicos federais em eventos de capacitação.	Nº de Participação	Participação	160	66	-	-

Fonte: PlamSUS

A UJ não faz o acompanhamento de execução financeira da subação, uma vez que sua programação recai sobre custeio e a sua aplicação se realiza de forma compartilhada com outras subações.

SANEAMENTO AMBIENTAL

QUADRO A.2.2 – RESUMO EXECUÇÃO FÍSICA DAS SUBAÇÕES

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo	Prioridade	Subação	Descrição da Meta	Produto	Un. medida	Execução Física		Execução Financeira	
										Meta Prevista	Meta Realizada	Meta Prevista	Meta Realizada
SANEAMENTO AMBIENTAL													
10	512	0122	20AG	A	3	Plano Municipal de Saneamento	Apoiar tecnicamente os municípios com a elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico, referente a exercícios anteriores	PMSB apoiados tecnicamente	unidade	9	5		
10	512	0122	20AG	A	3	Plano Municipal de Saneamento	Analisar os planos de trabalho e orçamentos detalhados relativos aos PMSB, apresentados pelos municípios, referente a exercícios anteriores	PMSB analisados	unidade	9	3		
10	512	0122	20AG	A	3	Plano Municipal de Saneamento	Participação em reuniões dos Comitês de Coordenação de elaboração do	Participação em reuniões	unidade	5	0		

							PMSB em caráter orientativo.						
10	122	0122	2272	A	4	Sistema de Abastecimento de Água	Realizar visitas locais para definição da contratação de elaboração dos projetos, para sistemas de abastecimento de água, PAC 2, ano 2011	Visitas técnicas	unidade	19	19		
10	122	0122	2272	A	4	Sistema de Abastecimento de Água	Realizar entrevistas técnicas com municípios pré-selecionados para realização de obras, referentes aos projetos para sistemas de abastecimento de água, PAC 2, ano 2011	Entrevistas técnicas	unidade	68	68		
10	122	0122	2272	A	4	Sistema de Abastecimento de Água	Realizar visitas técnicas preliminares de validação das informações prestadas nas cartas consulta, referentes aos projetos para sistemas de abastecimento de água, PAC 2, ano 2011	Visitas técnicas preliminares	unidade	21	21		
10	122	0122	2272	A	4	Sistema de	Realizar visitas	Visitas	unidade	16	16		

						Esgotamento Sanitário	locais para definição da contratação de elaboração dos projetos, para sistemas de esgotamento sanitário, PAC 2, ano 2011	técnicas					
10	122	0122	2272	A	4	Sistema de Esgotamento Sanitário	Realizar entrevistas técnicas com municípios pré-selecionados para realização de obras, referentes aos projetos para sistemas de esgotamento sanitário, PAC 2, ano 2011	Entrevistas técnicas	unidade	69	69		
10	122	0122	2272	A	4	Sistema de Esgotamento Sanitário	Realizar visitas técnicas preliminares de validação das informações prestadas nas cartas consulta, referentes aos projetos para sistemas de esgotamento sanitário, PAC 2, ano 2011	Visitas técnicas preliminares	unidade	15	15		
10	122	0122	2272	A	4	Melhorias Sanitárias Domiciliares	Realizar visitas preliminares referentes ao PAC 2, ano de 2011	Visitas preliminares realizadas	unidade	7	6		

10	122	0122	2272	A	4	Melhorias Sanitárias Domiciliares	Analisar projetos de Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares referentes ao PAC 2, ano de 2011	Projetos analisados	unidade	7	6		
10	512	0122	7652	P	1	Melhorias Sanitárias Domiciliares	Analisar convênios, referentes a implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares, de exercícios anteriores, PAC.	Projetos analisados	unidade	1	1		
10	512	0122	7652	P	1	Melhorias Sanitárias Domiciliares	Realizar visitas de acompanhamento de Convênios de Exercícios Anteriores, PAC	Visitas de acompanhamento realizadas	unidade	2	0		
10	512	0122	10GD	P	1	Sistema de Abastecimento de Água	Analisar projetos de implantação e melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água, relativos a exercícios anteriores, PAC.	Projetos analisados	unidade	5	5		
10	512	0122	10GD	P	1	Sistema de Abastecimento de Água	Realizar visitas de acompanhamento de obras de implantação e	Visitas de acompanhamento realizadas	unidade	6	1		

							melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água, relativas a exercícios anteriores, PAC.						
10	512	0122	10GD	P	1	Sistema de Abastecimento de Água	Analisar projetos de implantação e melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água, relativos a exercícios anteriores.	Projetos analisados	unidade	1	0		
10	512	0122	10GD	P	1	Sistema de Abastecimento de Água	Realizar visita preliminar, relativos a exercícios anteriores	Visitas preliminares realizadas	unidade	1	0		
10	512	0122	10GD	P	1	Sistema de Abastecimento de Água	Realizar visitas de acompanhamento de obras de implantação e melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água, relativas a exercícios anteriores	Visitas de acompanhamento realizadas	unidade	12	12		
10	512	0122	10GE	P	1	Sistema de Esgotamento Sanitário	Analisar convênios, referente	Projetos analisados	unidade	4	4		

							projetos para sistema de esgotamento sanitário de exercícios anteriores, PAC.						
10	512	0122	10GE	P	1	Sistema de Esgotamento Sanitário	Realizar visita de acompanhamento de Convênios de Exercícios Anteriores, PAC.	Visitas de acompanhamento realizadas	unidade	1	1		
10	512	0122	10GE	P	1	Sistema de Esgotamento Sanitário	Realizar 09 visitas de acompanhamento, referente projetos para implantação e melhorias do sistema de esgotamento sanitário, de Convênios de Exercícios Anteriores	Visitas de acompanhamento realizadas	unidade	9	12		
10	511	1287	7656	P	1	Saneamento Rural	Analisar projeto de saneamento ambiental em (comunidade remanescente de quilombo, assentamento da reforma agrária, reserva extrativista ou localidades rurais com até 2.500 habitantes)	Projetos analisados	unidade	1	1		

							referentes a exercícios anteriores, PAC.						
10	511	1287	7656	P	1	Saneamento Rural	Realizar visitas de acompanhamento de Convênios de Exercícios Anteriores, PAC	Visitas de acompanhamento realizadas	unidade	3	1		
10	511	1287	7684	P	1	Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção e Controle de Agravos	Beneficiar 07 aldeias com sistemas de abastecimento de água.	Aldeias beneficiadas	unidade	7	0		
10	511	1287	7684	P	1	Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção e Controle de Agravos	Beneficiar 11 aldeias com melhorias sanitárias domiciliares.	Aldeias beneficiadas	unidade	11	0		
10	511	1287	7684	P	1	Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção e Controle de Agravos	Elaborar 12 projetos de saneamento básico em aldeias.	Projetos elaborados	unidade	12	0		
10	511	1287	7684	P	1	Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção e Controle de Agravos	Realizar 30 visitas de acompanhamento de obras do exercício 2010	Visitas de acompanhamento realizadas	unidade	30	3		
10	512	8007	10GG	P	3	Sistema de Resíduos Sólidos	Analisar projetos de Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos de exercícios anteriores	Projetos analisados	unidade	39	35		

10	512	8007	10GG	P	3	Sistema de Resíduos Sólidos	Realizar visitas preliminares referentes a exercícios anteriores	Visitas preliminares realizadas	unidade	15	11		
10	512	8007	10GG	P	3	Sistema de Resíduos Sólidos	Realizar visitas de acompanhamento de Convênios de Exercícios Anteriores	Visitas de acompanhamento realizadas	unidade	15	9		
10	512	8007	20AM	A	3	Apoio aos catadores	Analisar projetos de Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos de exercícios anteriores, referente a ação de Apoio aos Catadores (convênios com cooperativas e associações de catadores), PAC	Projetos analisados	unidade	31	19		
10	512	8007	20AM	A	3	Apoio aos catadores	Analisar projeto de Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos de exercícios anteriores, referente a ação	Visitas preliminares realizadas	unidade	1	1		

							de Apoio aos Catadores, PAC						
10	512	8007	20AM	A	3	Apoio aos catadores	Realizar visita preliminar referente aos projetos de Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos de exercícios anteriores, PAC	Visitas preliminares realizadas	unidade	31	19		

FUNASA



Ministério da
Saúde

